

DE 2 A 6 DE ABRIL
MACEIÓ SERÁ PALCO
DO MAIOR EVENTO DE
JORNALISTAS DO BRASIL



36º
CONGRESSO
NACIONAL DOS
JORNALISTAS

MACEIÓ - AL - 2014

PROMOÇÃO

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REALIZAÇÃO

 **SINDJORNAL**
Sindicato dos Jornalistas de Maceió

RESOLUÇÕES

Regimento Interno do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas

I – DO CONGRESSO

Artigo 1º – Amparado no Estatuto da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, o 36º Congresso Nacional dos Jornalistas, promovido pela mesma, em parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Alagoas, se realiza de 2 a 6 de abril de 2014, em Maceió (AL), será pautado por este Regimento.

Artigo 2º – São objetivos do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas:

a) Reunir os jornalistas brasileiros para deliberação sobre assuntos ligados diretamente

à categoria, a exemplo da democracia, da violência contra profissionais de comunicação, da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, melhores condições de trabalho, liberdade de imprensa, ética, democratização dos meios de comunicação, e outros;

b) Buscar melhoria da organização sindical e política dos jornalistas e sua inserção nas lutas dos trabalhadores brasileiros, especialmente aquelas ligadas às categorias profissionais da área das comunicações;

c) Permitir o intercâmbio de jornalistas brasileiros com profissionais de outros países,

objetivando subsidiar a ação sindical da categoria;

d) Ampliar o relacionamento dos jornalistas, professores, pesquisadores e estudantes de Jornalismo;

e) Incentivar a prática da requalificação e do treinamento profissional destinado a jornalistas, dirigentes sindicais e funcionários de sindicato;

f) Definir o programa de luta e as linhas de intervenção da FENAJ e dos Sindicatos na sociedade brasileira e internacional nos próximos dois anos.

II – DA PARTICIPAÇÃO

Artigo 3º – Podem participar do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas:

- a) Todos os sindicatos filiados à FENAJ – através de delegações – desde que estejam quites com suas obrigações, conforme estabelecido no Artigo 8º do Estatuto da Federação;
- b) Jornalistas profissionais, na condição de observadores;
- c) Estudantes de Jornalismo, na condição de observadores;
- d) Outros profissionais de categorias da área de comunicação, como observadores;
- e) Expositores e convidados especiais.

Parágrafo 1º – Cada Sindicato poderá se fazer representar através de profissionais eleitas/os delegadas/os, com direito de voz e voto, segundo os critérios de proporcionalidade estabelecidos no Artigo 11º do Estatuto da FENAJ, mais um/a delegado/a estudante, apenas com direito a voz.

Parágrafo 2º – A eleição deverá ser comprovada através da entrega formal de cópias do comprovante e publicação do edital de convocação e ata da assembleia/congresso que elegeu os delegados(as), indicando expressamente seus integrantes titulares e eventuais suplentes.

III – DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 4º – A programação do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas é a estabelecida pelos organizadores, podendo sofrer alterações de modo a garantir o bom andamento dos trabalhos.

Parágrafo 1º – Os trabalhos serão precedidos da discussão e aprovação do Regimento e eleição da Mesa Diretora, numa sessão instalada pelos presidentes da FENAJ e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas, no dia 3 de abril (quinta-feira);

Parágrafo 2º – A Abertura Oficial, com sessão solene de instalação do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas se realizará às 20h do dia 2 de abril (quarta-feira);

Parágrafo 3º – A primeira sessão plenária será realizada no dia 3 de abril (quinta-feira), das 15 às 18h;

Parágrafo 4º – A segunda sessão plenária será realizada no dia 4 de abril (sexta-feira), das 15 às 18h;

Parágrafo 5º – A terceira sessão plenária será realizada no dia 5 de abril (sábado), das 15 às 18h, quando também serão votadas as moções apresentadas à Mesa Diretora e a “Carta de Maceió”. Cabe, ainda, à mesma plenária a definição do Sindicato que realizará o 37º Congresso Nacional dos Jornalistas.

Parágrafo 6º – A “Carta de Maceió” é uma manifestação política dos jornalistas, dirigida à categoria e à Nação, tendo como base as teses e os debates do Congresso. Uma comissão composta por três membros eleita no início dos trabalhos, no dia 3 de abril, é responsável por redigir o documento.

Parágrafo 7º – A programação de espaços de articulação, oficinas e palestras do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas, bem como todas as atividades previstas, seguirá o roteiro definido pela organização do evento que consta em anexo a este Regimento Interno.

III – DAS DELIBERAÇÕES/VOTAÇÕES

Artigo 5º – As plenárias deliberativas serão instaladas com qualquer número de delegados presentes e coordenadas pela Mesa Diretora do Congresso.

Artigo 6º – As plenárias debaterão as teses inscritas até o prazo limite de 17 (dezesete) de março, definido pela organização do Congresso, e disponibilizadas no Caderno de Teses, desde que haja a defesa em plenário.

§ 1º – As teses poderão ser aprovadas na íntegra ou com emendas ou rejeitadas na íntegra, não sendo permitidas emendas que configurem, na prática, uma nova tese.

Artigo 7º – Somente serão aceitas e colocadas em votação pela Mesa Diretora moções entregues até a abertura dos trabalhos da plenária final, com no máximo 1400 caracteres e subscritas por, pelo menos, 10% dos delegados (as). Proposições de moções podem apenas serem aprovadas ou rejeitadas após a leitura.

Artigo 8º – Caberá à Mesa Diretora a inscrição de delegadas/os e observadores para participação nas plenárias, a definição do tempo de intervenção e do limite de inscrições para garantir a concretização dos trabalhos;

Artigo 9º – Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem o voto da maioria simples dos delegados presentes à plenária de cada dia. No caso de empate, a Mesa Diretora autorizará mais um encaminhamento a favor e outro contra. Persistindo o empate na segunda votação, serão dados cinco minutos para elaboração de propostas e, em seguida, abre-se mais um encaminhamento contra e outro a favor, procedendo-se nova votação.

IV – DA MESA DIRETORA

Artigo 10º – A Mesa Diretora será constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário-geral e dois secretários de atas, todos eleitos entre os delegados do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas.

Parágrafo 1º – Compete à Mesa Diretora:

- a) reunir-se diariamente para avaliar e sistematizar os trabalhos aprovados nas plenárias deliberativas diárias;
- b) dirigir as plenárias deliberativas diárias e preparar as respectivas atas;
- c) assinar os documentos aprovados pelas plenárias deliberativas e dar-lhes a destinação adequada.

Artigo 11º – Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Mesa Diretora, que submeterá sua decisão ao plenário de cada plenária deliberativa.

Artigo 12º – Este regimento terá vigência para o 36º Congresso Nacional dos Jornalistas.

EIXO 1 – CONJUNTURA E DEMOCRACIA

TESE-GUIA 1

A democracia como garantia de igualdade e liberdade

Proponente: Diretoria da FENAJ

JUSTIFICATIVA

1. O velho debate imobilizador, que consumiu tempo e energia da esquerda internacional sobre a suposta possibilidade de escolha entre igualdade e liberdade, está superado. A América Latina, principalmente, que enfrentou ditaduras sanguinárias que suprimiram a liberdade para promover a desigualdade, consolidou a certeza de que estes dois aspectos da vida não podem ser separados ou atribuídos de importância um sobre o outro.

2. Neste ano em que lembramos o cinquentenário do início da ditadura brasileira precisamos, mais que lembrar, fortalecer a liberdade e buscar a igualdade. Por isso é preciso defender a democracia como possibilidade de emancipação dos trabalhadores de toda forma de exploração e opressão. Precisamos compreender a democracia como um processo complexo, construído de forma não linear e com custos altíssimos para a humanidade.

3. No Brasil, ela sempre foi frágil e rara. Nos momentos históricos em que a sua existência foi comprometida, quem pagou caro foram “os trabalhadores, sobretudo os segmentos mais pobres”. Por isso mesmo, a democracia, em

seus diversos aspectos, deve ser o objeto central de debate e de decisões deste Congresso Nacional dos Jornalistas.

4. A democracia, na sua dimensão política, propriamente dita, está relativamente garantida desde a redemocratização, ainda que apresente graves falhas, o que não impede, no entanto, que em muitos momentos agentes políticos e econômicos reivindicuem o autoritarismo como resposta às suas demandas. Cabe à sociedade e aos jornalistas especificamente a defesa intransigente dos valores democráticos.

5. A democracia econômica, como garantia de igualdade, embora em visível desenvolvimento, está longe de resolver a inaceitável separação social que promove a violência e aponta para a instabilidade. A inédita inclusão promovida pelas políticas de afirmação ainda não reverteram os vetores de desigualdade que foram a marca das elites nestes poucos séculos de república.

6. A democratização dos meios de comunicação é uma demanda urgente e necessária que o Estado brasileiro precisa promover”. Possuidor de um dos sistemas de comunicação mais concentrados e verticalizados do mundo, o Brasil patina na implantação de um sistema regularizador e regulamentador para o segmento. O resultado é um empobrecimento cultural, o abuso de um poder desmedido e ilegítimo dos empresários do setor e uma ausência quase absoluta de vozes e posições alternativas aos setores empresariais.

7. A democracia em sua dimensão social exige da sociedade brasileira, em especial dos meios de comunicação e dos jornalistas brasileiros um comportamento comprometido com a ética e a perspectiva histórica, que promovam a descriminalização dos movimentos sociais e das camadas pobres da população, quase sempre submetidas a um olhar preconceituoso e hipócrita.

8. Neste ano, em especial, a democracia em sua dimensão política está em evidência pela participação direta da população na escolha de seus principais dirigentes políticos. Por isso, a FENAJ aposta na escolha uma candidatura a

presidente da República comprometida com os valores democráticos. O desenvolvimento do país, com distribuição de renda, geração de empregos e erradicação da pobreza, devem prevalecer nos debates.

9. A agenda eleitoral, entretanto, não pode imobilizar o país em sua pauta para o aperfeiçoamento de sua democracia. A sociedade brasileira – e os jornalistas mais uma vez na vanguarda, com a criação das Comissões da Verdade dos Jornalistas – está em plena ação pelo resgate da memória, da verdade e da justiça, com o levantamento dos casos de violação de direitos humanos ocorridos no período da ditadura civil– militar. A apuração dos casos e a punição dos culpados é uma dívida histórica que o país tem consigo mesmo.

10. Igualmente, a sociedade brasileira está mobilizada por melhorias nos sistemas públicos de educação e saúde. Neste sentido, os jornalistas brasileiros chamam a atenção para a necessidade imperiosa da erradicação do analfabetismo (formal e funcional), assim como pela ampliação dos investimentos em educação profissional. Em relação à saúde, os jornalistas brasileiros defendem o Sistema Único de Saúde (SUS) e apoiam as iniciativas do governo para resolver o gargalo do atendimento básico, que passa pela presença dos profissionais de saúde junto às comunidades e pela humanização do atendimento.

DELIBERAÇÕES:

1. A FENAJ e os Sindicatos devem reivindicar e apoiar a revisão da atual Lei da Anistia.
2. A FENAJ e os Sindicatos devem dar ampla divulgação ao relatório a ser apresentado pela Comissão da Memória, Verdade e Justiça da FENAJ.
3. A FENAJ e os Sindicatos devem defender a adoção de um Programa Democrático e Popular para o Brasil, com distribuição direta da renda

nacional, a exigência da taxaço das grandes fortunas e reformas profundas capazes de alterar a realidade social, como as reformas do sistema financeiro, agrária e previdenciária.

4. A FENAJ e os Sindicatos devem apresentar aos candidatos e as candidatas à Presidente da República propostas para o programa de governo na área das comunicações, cobrando o comprometimento das diversas candidaturas presidenciais com as propostas dos jornalistas brasileiros.

5. A FENAJ deve apoiar a desmilitarização das Polícias Militares e o fim da Justiça Militar.

6. A FENAJ e os Sindicatos devem realizar uma campanha pela Apuração e Punição de todos os crimes cometidos a mando da ditadura militar vigente no país entre 1964 e 1985.

7. A FENAJ se dirige ao governo da presidente Dilma Rousseff propondo que retire as tropas brasileiras do Haiti, tal como se comprometeu o presidente Mujica, do Uruguai. A democracia exige respeitar a decisão do Senado do Haiti que, por unanimidade, em duas oportunidades, votou pela retirada das tropas.

9. A FENAJ recomenda aos sindicatos a realização de debates com a OAB e ABI para elaborar uma proposta de Programa de Governo, a de Comunicação;

10. A FENAJ defende a ampliação de espaços para participação direta dos cidadãos e suas entidades representativas;

11. A FENAJ e os jornalistas brasileiros devem defender a saúde pública, contra a privatização do SUS;

12. A FENAJ deve desencadear uma campanha mostrando a luta dos jornalistas por democracia ao longo da história do Brasil;

13. A FENAJ deve reforçar nossa identidade de trabalhadores.

Voto eletrônico

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro

JUSTIFICATIVA

Muito mais do que uma questão técnica, o voto eletrônico é uma questão política.

No Paraguai, o voto eletrônico chegou há cinco anos. No Brasil, voto eletrônico existe há 27 anos. O voto eletrônico no Brasil começou em 1986, com um recadastramento nacional de eleitores, executado numa fase de transição política, quando saíamos da ditadura militar que se instalara no Brasil em 1964.

A principal crítica ao sistema eletrônico de votação existente no Brasil é porque os 141 milhões de eleitores brasileiros perderam a capacidade de conferir o seu próprio voto. Conferir se ele está sendo somado corretamente.

Quando se vota no papel, sabe-se exatamente em quem se está votando. O voto inviolável e secreto é a base do sistema democrático. O voto só interessa ao eleitor. Que os candidatos disputem as eleições em condições iguais e que vença sempre o melhor, o que tiver maior quantidade de votos; o que tiver o apoio da maioria da população. E as urnas eletrônicas de primeira geração usadas no Brasil suprimiram este direito. O eleitor precisa confiar que o software que está dentro da máquina de votar seja honesto. E nós temos experiência no Brasil, pela nossa vivência com esse sistema, que muitas vezes votos foram desviados.

Quem controla as eleições brasileiras é a Justiça Eleitoral. O problema é que ela concentra os seguintes poderes: Legislativo, é ela que cria as normas para funcionamento das máquinas de votar no Brasil; Executivo, é ela quem administra as eleições, gasta dinheiro, compra as urnas eletrônicas e faz o que bem entende com o sistema; e é ela que tem em suas mãos o Poder Judiciário, porque são juízes. Eles decidem – se reúnem, discutem.

Então, o processo eleitoral brasileiro está concentrado nas mãos da Justiça Eleitoral.

Em 1982, o presidente do PDT, Leonel Brizola, candidatou-se a governador do Estado do Rio de Janeiro. A justiça eleitoral contratou uma firma e ela era manipulada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), o serviço de inteligência da ditadura militar. Na eleição de 1982, no Rio de Janeiro, foi usado um software de totalização que desviava os votos de Brizola – opositor ao regime que estava voltando de 15 anos no exílio – para nulos e brancos. Brizola percebeu a armação, denunciou tudo isto, inclusive à imprensa internacional e venceu a tentativa de fraude contra ele, o que ficou conhecido como ‘escândalo da Proconsult’.

No Brasil tivemos a implantação do voto eletrônico sem discussão, sem apresentação, sem informação, sem que nada que fosse dito à população. As pessoas, estudantes, movimentos sociais, partidos políticos, ninguém soube de nada. Implantaram o voto eletrônico no Brasil, porque já tinham interesse, na época, de fazer ele como ele é até hoje: com pouca transparência.

As urnas de segunda geração imprimem o voto. São urnas que devolveram ao eleitor a capacidade de fiscalizar seu próprio voto no momento em que ele é impresso. Isto permite que cada eleitor fiscalize o próprio voto, o que não acontece no Brasil

Há um outro ponto fundamental: o controle sobre a totalização dos votos. Não é só votar direito; é preciso que os votos sejam contados de forma correta. No

Brasil, temos experiência de que a fraude eletrônica começou exatamente pela soma.

No Brasil é impossível para os partidos conferirem os resultados. Quando é encontrada alguma coisa errada, a autoridade eleitoral do Brasil abafa o assunto.

DELIBERAÇÃO:

1. É necessário que a FENAJ some na luta pelo respeito à verdade eleitoral, hoje impossível no Brasil porque usamos máquinas de votar ultrapassadas, de PRIMEIRA geração, que não imprimem o voto e não permitem a recontagem – básica para a transparência do processo. Nada justifica eleição onde não é possível recontar votos, em caso de dúvida.

Em favor de uma constituinte exclusiva e soberana para a reforma do sistema político

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal

JUSTIFICATIVA

A recente onda de mobilizações populares que sacudiu o país deu um recado claro ao atual sistema político: ele não nos representa! A conclusão mais evidente desse processo de retomada das lutas populares é que existe um imenso fosso entre os anseios da maioria da população – a classe trabalhadora – e o comportamento dos atores do sistema político. Estes últimos têm atuado apenas no sentido de resguardar os interesses do poder econômico, organizados pela da classe dominante para manter o privilégio de poucos e o sofrimento de muitos.

Todos os brasileiros e brasileiras têm direito a um sistema político que lhes garanta representação e participação e que assegure, de fato, que demandas, desejos e problemas sejam tratados conforme a vontade e as reais necessidades da maioria. Uma mudança que avance além do sistema eleitoral e crie mecanismos para dar ao povo condições de influir efetivamente nas decisões do País, inclusive a possibilidade de convocar diretamente consultas populares como referendos e plebiscitos.

Por essa razão, movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindicatos, centrais sindicais, inclusive a Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de diversas outras organizações, aprovaram, em setembro de 2013, a realização

de um Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

O Plebiscito Popular, que recolherá os votos na semana de 1 a 7 de setembro de 2014 propõe a seguinte pergunta à população: “Você é a favor de uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”. Os resultados serão levados a todas as autoridades e poderes da República para que os interesses da maioria oprimida que constrói a riqueza da nação sejam respeitados. Para que tenha capacidade de transformar o atual sistema político, uma Assembleia Constituinte tem que ser exclusiva, ou seja, seus representantes eleitos unicamente com essa finalidade.

É preciso lutar contra a sub-representação da população brasileira no sistema político. O número total de jovens entre 15 e 24 anos no país supera os 50 milhões, o que corresponde a um quarto da população brasileira, conforme dados do censo 2010 do IBGE. Significa que os jovens são 40% do eleitorado brasileiro. Entretanto, menos de 3% dessa massa está representada no Congresso Nacional. No caso das mulheres, a situação é alarmante. Mesmo sendo mais da metade da população, elas ocupam apenas 9% dos mandatos na Câmara dos Deputados e 12% no Senado. Mesmo tendo uma mulher presidente da República, o Brasil está em 106º lugar entre 187 países no que se refere à igualdade de gênero na política.

Com 51% da população total do país que declara negra, apenas 45 parlamentares (8,5% da representatividade) se autodeclaram negros. Pior, em sete assembleias legislativas estaduais, não há um parlamentar sequer que se declara negro. No caso dos indígenas, não se registra, atualmente, nenhum mandato legislativo no Congresso Nacional.

A baixa representatividade que sofre a maior parte da população brasileira contrasta com o enorme poder político que as classes mais ricas detêm no Congresso Nacional. Dos 594 parlamentares (513 deputados e 81

senadores) eleitos em 2010, 273 são empresários, 160 compõem a bancada ruralista, 66 são da bancada evangélica e apenas 91 parlamentares são considerados representantes dos trabalhadores, a chamada bancada sindical. Os dados são do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Essa configuração está profundamente ligada ao sistema de financiamento eleitoral de campanhas, baseado no capital privado. Em 2008, as empresas doaram 86% dos recursos totais das campanhas eleitorais no Brasil. Em 2010 e 2012, elas foram responsáveis por 91% e 95%, respectivamente. Com um gasto total girando em torno de R\$ 735 milhões, a média geral do custo de uma candidatura é R\$ 4,4 milhões no Brasil.

DELIBERAÇÕES:

1. A FENAJ e seus Sindicatos devem se engajar na campanha nacional do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, participando das ações e atividades relacionadas;
2. A FENAJ deve se integrar ao comitê nacional da campanha do Plebiscito Popular e propor aos sindicatos que componham regionalmente os comitês estaduais e/ou municipais da campanha;
3. A FENAJ deve sinalizar apoio efetivo e construir o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, decisão da Plenária Nacional de Movimentos Populares, realizada em 14 de setembro de 2013, em São Paulo, que propõe realizar um Plebiscito Popular com uma pergunta única aprovada consensualmente por todas as entidades e movimentos sociais: **“Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político?”**

4. Debater com nossas entidades sindicais a proposta de uma assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana para discutir uma Reforma política, proposta da Plenária Nacional dos Movimentos sociais, que conta com a adesão de centenas de entidades, inclusive a CUT e alguns partidos políticos.

A importância da Comissão da Verdade como trabalho de memória e engajamento político pela democracia

Proponente: Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais

JUSTIFICATIVA

Neste ano de 2014, lembramos a dura realidade que os brasileiros enfrentaram há cinquenta anos, com a instalação da Ditadura no Brasil, um período que provocou o fechamento de vários jornais, a morte de profissionais da imprensa, entre outros cerceamentos à liberdade de imprensa. Com a finalidade de realizar um trabalho de memória e de documentação, revelando as atrocidades a que profissionais da área de comunicação, em especial os jornalistas enfrentaram no período, foi instalada uma Comissão da Verdade dos Jornalistas Mineiros.

O compromisso com a verdade dos fatos, de uma história que precisa ser passada a limpo levou o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG) a instalar esta comissão, cujo relatório precisa ser amplamente divulgado para que se valorize a luta dos trabalhadores da notícia pela democracia no Brasil.

Como consta no próprio texto do relatório, “o golpe civil militar de 1964 derrubou um governo constitucional, implantou uma ditadura e, para isso, desmantelou a estrutura político- partidária então vigente, com banimentos dos partidos políticos, suspensão de direitos políticos, suspensão das eleições marcadas para 1965, prisões e torturas de líderes trabalhistas, de líderes de trabalhadores do campo, repressão brutal do movimentos dos

estudantes, perseguição, prisão, tortura e exílio de jornalistas, empastelamentos de jornais – como o jornal “Binômio” em Belo Horizonte e o jornal “ O Combate” em Governador Valadares – Minas Gerais – , e crescente censura prévia contra jornalistas e jornais.

A repressão aos jornais que não apoiavam o golpe civil– militar de 1964 e perseguição, prisão, tortura e exílio de jornalistas está diretamente ligada aos propósitos do movimento golpista: implantar um processo de desenvolvimento econômico marcado pela elevadíssima concentração de renda, elevada lucratividade do capital investido, total segurança dos investimentos nacionais e estrangeiros e atrelamento do desenvolvimento da economia nacional ao capital estrangeiro, sobretudo sob a tutela do EUA.

A destruição da ordem constitucional, o fechamento do Congresso Nacional e seu completo esvaziamento político, o destroçamento dos partidos políticos legalmente constituídos, as cassações e suspensão de direitos políticos, a repressão sem precedentes aos sindicatos e aos sindicalistas (prisões, tortura, assassinatos e exílio) está interligada à repressão aos jornais independentes e ou aos jornais que não aderiram ao movimento golpista ou que dele se afastaram – após constatarem as intenções ditatoriais do golpe civil– militar de 64 (civil–militar, pelo menos, até 13 de dezembro de 1968) que “deveria apenas” reprimir a “república sindicalista” e ou “comunista” e devolver o poder aos civis “revolucionários” – representados pelos governadores dos Estados de Minas Gerais (José de Magalhães Pinto, da UDN), ex– governador do Estado da Guanabara (Carlos Lacerda, da UDN) e de São Paulo (Ademar de Barros, do PSP).

Cabe Lembrar a situação vivida pelos jornais “Diário de Minas” em Belo Horizonte e “Correio da Manhã” e “Última Hora” (criação e direção de Samuel Weiner) – ambos com sede no Rio de Janeiro. A repressão aos jornais e jornalistas em 1964 atingiu diretamente o jornal “Binômio”, com verdadeira caçada aos jornalistas José Maria Rabelo e Guy de Almeida e, em Governador Valadares, perseguição ao jornalista Carlos Olavo Cunha Pereira e ao jornal “O Combate”. O

estrangulamento econômico, financeiro e político concorreram diretamente para o fechamento dos jornais “Diário de Minas” em Belo Horizonte e, no Rio de Janeiro, os jornais “Última Hora” e, mais tarde, o “Correio da Manhã”.

Estas e outras informações estão contidas no relatório da Comissão da Verdade com depoimento e documentação relativa à censura, prisões, torturas, exílio de jornalistas e destruição de jornais em Minas Gerais, resultado da repressão da ditadura inicialmente civil e militar implantada pelo Golpe de 1964 e, depois de 1968, ditadura militar que diminuiu ao máximo o poder de lideranças civis, até 1984.

DELIBERAÇÕES:

1. A FENAJ e os Sindicatos devem homenagear os profissionais de imprensa que foram vítimas de censura, perseguição e morte no período da Ditadura Militar trabalhando para a preservação da memória destes.
2. A FENAJ deve orientar os Sindicatos a buscar aliança e parceria nas ações das Comissões da Verdade com entidades de direitos humanos e universidades, fazendo com que as atividades possam ir além da área do jornalismo.
3. A FENAJ recomenda aos Sindicatos que devem procurar entendimentos com as Universidades Federais (que tiverem editoras), Imprensa Oficial do Estado e as editoras dos governos municipais, para editar um livro e DVD sobre a Comissão da Verdade.
4. A FENAJ e os Sindicatos deverão listar e divulgar todos os jornalistas brasileiros mortos, torturados e desaparecidos ao longo da ditadura para que nunca nos esqueçamos.

Os jornalistas e os 50 anos do golpe

Proponente: Sindicato dos Jornalistas de São Paulo

Justificativa

O ano de 2014 permitira a sociedade uma reflexão crítica sobre os 50 anos do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart em 31 de março de 1964, instaurou uma ditadura militar que durou mais de 20 anos e deixou marcas profundas na sociedade.

Fazer uma avaliação sobre a conjuntura histórica em que se deu o golpe é importante para aprofundar a análise do momento político atual quando ainda sofremos consequências do modelo autoritário herdado do regime militar e nos organizamos para as eleições que ocorrerão em outubro.

A triste herança dos anos de chumbo está sendo, aos poucos, conhecida pelo público, principalmente pelas gerações mais novas que sequer haviam nascido ou, devido a pouca idade, não guardam referências deste período.

Neste aspecto, a Comissão da Verdade, incluindo as da FENAJ e Sindicatos, entre outras entidades, têm cumprido importante papel e devem, neste ano, continuar e aprofundar suas pesquisas. Lançar luz sobre o período ditatorial é essencial, mas é preciso lutar pela punição dos crimes da ditadura e deixar claro o papel que setores civis da sociedade desempenharam na ditadura. Assim como ocorreu em 1964, hoje também é preciso elucidar qual é o papel da imprensa e sua influência sobre o quadro político e, principalmente, qual a posição dos jornalistas neste contexto.

Vários críticos apontam que está em curso uma campanha midiática que visa alarmar a classe média e criar um clima de indisposição entre empresários e equipe econômica do governo, exatamente como ocorreu em 1964. Sob esta

perspectiva, por exemplo, a cobertura sobre os desdobramentos do “mensalão”, os gastos para a realização da Copa do Mundo e os protestos populares (alguns com uma pauta imprecisa) estariam sendo manipulados por parte de uma imprensa oposicionista/conservadora com o objetivo de influenciar o resultado das eleições de outubro.

Neste quadro, os jornalistas, seus sindicatos e a FENAJ passam a ter a responsabilidade efetiva de aprofundar o debate e defender o compromisso do jornalismo com uma informação verídica, objetiva e voltada ao interesse público e, assim, impedir a “espetacularização” da notícia ou sua utilização por interesses outros que não o do bom jornalismo.

Outra “herança” da ditadura que não se encontra adaptada aos tempos democráticos é o aparato policial do Estado. A divisão das polícias entre civil e militar é um destes aspectos e os jornalistas tem sentido na pele, durante as coberturas jornalísticas, as consequências do despreparo da PM para tratar com movimentos sociais. Portanto, discutir a violência policial é discutir a estrutura democrática incompleta do Estado.

Devemos aprender com os erros do passado, criar mecanismos para que não se repitam situações semelhantes e, sob o nosso ponto de vista, deixar claro que jornalistas foram protagonistas importantes da defesa da democracia em meio à ditadura.

Nossas entidades devem se posicionar fortemente em defesa do princípio de que a informação é instrumento de transformação social, de defesa dos direitos sociais e humanos, da consolidação dos direitos civis, enfim, de aprofundamento da democracia.

Ditaduras estiveram presentes em grande parte das nações latinoamericanas durante o séc. XX. Para que isto não se repita a FENAJ deve exercer a solidariedade internacional entre povos defendendo a soberania das nações e sua autodeterminação. A FENAJ deve utilizar o espaço que ocupa junto às

entidades dos jornalistas através da Fepalc e se posicionar firmemente em defesa da democracia e se opor a toda tentativa de retrocesso político. No campo internacional uma questão importante é a luta pela retirada das tropas da ONU do Haiti, no momento sob a chefia militar do Brasil. A democracia exige respeito a decisão do Senado do Haiti que, por unanimidade, em duas oportunidades, votou pela retirada das tropas.

Assim, para que os eventos alusivos aos 50 anos do golpe sejam mais do que uma data assinalada no calendário nossas entidades precisam:

DELIBERAÇÕES

1. Participar do movimento pela desmilitarização das polícias
2. Unir-se a outros sindicatos, principalmente ao sindical cutista, em defesa das bandeiras da classe trabalhadora:
 - Redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário
 - Fim do fator previdenciário; combate à demissão imotivada
 - Por uma reforma tributária que inclua a correção da tabela do Imposto de Renda
 - Valorização das aposentadorias
 - Não ao PL da terceirização.
3. Somar força com as lutas gerais dos movimentos populares
 - Destinação de 10% do PIB para a educação pública
 - Garantia de que 10% do orçamento da União sejam destinados à saúde
 - Pela efetivação da reforma agrária acompanhada de política agrícola adequada

4. A FENAJ deve dirigir-se ao governo brasileiro propondo que atenda o pedido do Senado haitiano e retire as tropas brasileiras do Haiti, tal como se comprometeu o presidente Mujica, do Uruguai.

5. Participar das ações e campanhas pela apuração e punição de todos os crimes cometidos a mando da ditadura militar instaurada em 1964.

EIXO 2 – DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

TESE-GUIA 2

Para democratizar a comunicação e aprimorar a democracia brasileira

Proponente: Diretoria da FENAJ

JUSTIFICATIVA

A concentração e verticalização do sistema de comunicação não só compromete e empobrece a cultura brasileira como inviabiliza a plenitude democrática do país. De maneira que suprir o déficit democrático do setor é uma tarefa dos jornalistas e dos setores da sociedade comprometidos com as bases da liberdade.

Por outro lado, o desenvolvimento de tecnologias que modificam estruturalmente o modelo de negócios e de serviços da comunicação coloca o desafio de que estas mudanças promovam a cultura nacional, possibilitem um jornalismo libertador e disponibilizem um entretenimento humanizador, com conteúdos que deem conta da diversidade cultural brasileira.

A FENAJ e seus sindicatos inauguraram a luta pela democratização da comunicação no país, compreendendo que esta é uma disputa estratégica, permanente e complexa. Para enfrentá-la é necessária uma articulação da sociedade com dois objetivos estratégicos: a mobilização e a produção de políticas públicas democráticas para a área.

A FENAJ continua apostando no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) como o melhor protagonista para aglutinar os diferentes atores sociais que lutam pela democratização da comunicação. Mas ressalta que o FNDC deve reassumir o protagonismo desta luta, a partir de seu programa e de suas instâncias deliberativas. A FENAJ reivindica do FNDC a sua original autonomia para que possa exercer a radicalidade nas suas formulações e ações.

A realização da CONFECOM é um exemplo de ação que elevou o patamar de debate e movimentou peças importantes que estavam historicamente enraizadas num imobilismo ideológico. A timidez do governo fez com que a luta pela democratização perdesse um tempo precioso e jogasse o processo, com exceção do sistema público, num patamar de décadas atrás.

O governo brasileiro tem insistido em legislar de forma fragmentada e atendendo a interesses de determinados setores: ora procura agradar o de radiodifusão, ora o de telecomunicações. Esta tática, entretanto, pode prejudicar o país, por não prepará-lo para a realidade da convergência tecnológica. A sociedade brasileira, tendo o FNDC como protagonista, deve cobrar de Executivo a apresentação de uma proposta clara para o setor, que regule, com as devidas diferenças e especificidades, as áreas de telecomunicações e de comunicação social.

Por outro lado, a FENAJ continua a imprimir no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional uma postura de transformar os inúmeros projetos de lei, que estão há décadas imobilizados (por interesses contrários à qualquer tipo de regulação do sistema de comunicação brasileiro), num arcabouço que possa contribuir para um futuro Marco Regulatório das Comunicações.

O incipiente sistema público nacional de televisão tem, como a FENAJ sempre apostou, demonstrado vigor, qualidade e garantia de democracia e

representação. Tem sido uma saudável alternativa de programação assim como possibilidade de gestão democrática e financiamento alternativo e plural. Ainda em crescimento, este sistema público precisa ser protegido e defendido, para que se torne o paradigma da produção nacional.

A mundialização da propriedade e da tecnologia exige dos jornalistas brasileiros um comportamento similar ao que fizeram quando se propuseram articular as forças progressistas para reorganizar o sistema de comunicação de massa. De maneira que é tarefa da FENAJ e dos Sindicatos de Jornalistas atuarem como protagonistas para que o país tenha, de fato, um marco regulatório das comunicações, que venha para garantir a democratização do setor e um novo modelo de negócios e de serviços, assentado na convergência tecnológica. Assim como é a tarefa da FENAJ compor um campo articulado entre as entidades nacionais e internacionais de jornalistas para atuar globalmente na reorganização dos sistemas nacionais e internacionais de comunicação.

DELIBERAÇÕES

1. A FENAJ deve propor um programa atualizado para o FNDC que inclua a luta pela implantação dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Comunicação Social que sejam deliberativos.
2. A FENAJ deve propor ao FNDC uma mobilização efetiva para a apresentação do Marco Regulatório das Comunicações, que tenha como foco o Poder Executivo.
3. A FENAJ deve apresentar proposta, no Conselho de Comunicação Social, de regulamentação dos artigos da Constituição Brasileira no que dizem respeito à comunicação, apontando para a convergência tecnológica e midiática

4. A FENAJ deve propor a construção de leis (que integrarão o que convencionamos chamar de Marco Regulatório) pela organização do sistema público de comunicação, no sentido de disponibilizar para sociedade brasileira programação e produtos de qualidade e também construir um modelo de referência, além de estabelecer concorrência com o sistema privado.

5. A FENAJ deve protagonizar a luta pela democratização da comunicação nos níveis latino- americano e internacional, ONDE PREVALEÇA O RESPEITO AOS direitos humanos, a diversidade étnica, além de combater o racismo, o sexismo e a intolerância religiosa

6. A FENAJ deve incentivar o debate para rediscutir o financiamento publicitário para as mídias tradicionais, para que também seja aberto espaço para financiamento para as mídias alternativas e populares.

7. A FENAJ deve lutar para a efetiva proibição de que os espaços em TV aberta sejam alugados; que os políticos sejam donos de emissoras e que uma mesma empresa ou pessoa seja dona de diferentes meios de comunicação. Também deve ser vedado a concessão às instituições de natureza religiosa.

8. A FENAJ deve ajudar na mobilização e divulgação do projeto que tramita no Senado, que trata da regionalização da comunicação.

9. Fim da criminalização da comunicação alternativa e popular, principalmente das rádios comunitárias, que são perseguidas em todo o país.

10. A FENAJ recomenda que os Sindicatos deem mais visibilidade a campanha do Marco Regulatório.

11. A FENAJ deve propor aos Sindicatos a realização de Seminários sobre o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

EBC: em defesa da comunicação pública

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro

JUSTIFICATIVA

Uma greve histórica marcou as trabalhadoras e os trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em novembro do ano passado. Com o apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Radialistas do Estado do Rio e da Comissão de Empregados da EBC, a greve teve duração de 15 dias. Foram duas semanas de luta e resistência às tentativas de retiradas de direitos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Além de pautar reivindicações corporativas das categorias, os trabalhadores e as trabalhadoras trouxeram para o debate e para o diálogo com a sociedade a importância da comunicação pública, cujo dever legal é oferecer alternativa de informação, cultura e entretenimento voltados ao interesse público. Estes são instrumentos essenciais ao próprio desenvolvimento da democracia em nosso país.

Esta vitoriosa mobilização garantiu direitos e, principalmente, unidade entre os trabalhadores. Entretanto, após a assinatura do Acordo, muitos direitos continuam sendo desrespeitados. No Rio de Janeiro, continua o não pagamento das horas- extras. Os trabalhadores são coagidos a fazerem

horas– extras, de acordo com a necessidade do setor, mas não há qualquer comprometimento de pagamento, e, muitas vezes, sequer são compensados com folgas. O ACT é claro quanto a este aspecto – cabe ao trabalhador a decisão sobre remuneração ou compensação das horas extras por folga, sendo que 1 hora trabalhada, equivale a 1:40h em folga – o que, no momento da concessão da folga quase sempre é desrespeitado.

Um outro ponto crítico é o acúmulo e desvio de funções, situações que foram alvo de denúncia do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro ao Ministério Público do Trabalho, juntamente com a falta de divulgação das escalas de trabalho com antecedência – problema já abordado inúmeras vezes com os diversos níveis de gerência. Isso sem contar a falta de equipamentos de proteção individual para as coberturas e equipamentos necessários para a prática cotidiana. As condições de trabalho na EBC do Rio de Janeiro são completamente inadequadas, e ainda se somam a este quadro, situações de desrespeito que beiram o assédio moral e perseguições por parte de chefias que seguem adotando práticas discriminatórias e de violações do Acordo Coletivo de Trabalho. Práticas comuns têm sido as advertências, sem direito à defesa por parte dos trabalhadores, sem um processo de apuração e de abertura de processo, e em situações nas quais fica clara a prática de “punir para dar exemplo”.

De acordo com perfil traçado pela Comissão de Empregados sobre os cargos de chefia, baseado em informações do site da Transparência, 72% do comando da empresa no Rio estão nas mãos de pessoas indicadas pela atual diretoria. São 57 chefes com salários que variam entre R\$ 3.693 a R\$16.410 (para cada cargo) ocupando as vagas de Coordenador 1, Coordenador 2, Coordenador 3, Gerente e Gerente Executivo. Desse total de 57, apenas 16 são funcionários do quadro. Outra constatação é o desequilíbrio da presença de mulheres do quadro nesses cargos de comando.

Enquanto os homens do quadro de empregados são 16 do total de chefes, a EBC no Rio tem apenas três mulheres do quadro nas chefias.

A defesa dos trabalhadores da comunicação pública e premissa básica para o avanço a luta por uma comunicação diversa e plural. No entanto, os jornalistas sofrem com a falta de autonomia desde a proposição de pautas até a edição das matérias, e, muitas vezes o conteúdo acaba por apenas repetir a linha editorial de veículos de comunicação da mídia privada. A EBC deixa, assim, a desejar como alternativa de conteúdo.

DELIBERAÇÕES

1. Que a FENAJ e os sindicatos pressionem a EBC pela realização de concursos públicos com valorização dos profissionais e que respeitem a legislação dos radialistas e jornalistas;
2. Que a FENAJ e os sindicatos pressionem a EBC pela ocupação dos cargos de chefia por profissionais do quadro a partir de processos de seleção internos
3. Que haja avaliação das chefias por parte dos trabalhadores
4. Pela autonomia e respeito aos jornalistas
5. Por pautas e conteúdos realmente comprometidas com o interesse público e que reflitam a diversidade do país
6. Pelo investimento na formação dos trabalhadores de forma a desenvolver novos formatos e refletir os conteúdos da comunicação pública
7. Pelo cumprimento da jornada legal dos gestores
8. Pelo fortalecimento da Comissão de Empregados da EBC

9. Pelo cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho – que a EBC seja exemplo no respeito à legislação e direitos dos Jornalistas

10. Que a FENAJ e os sindicatos realizem campanhas em defesa da comunicação pública, pelo fortalecimento da EBC e de outras mídias do campo público – como mídias comunitárias e universitárias.

11. A FENAJ deve trabalhar pela unidade de atuação das entidades dos trabalhadores da comunicação nas lutas pelos direitos.

12. A FENAJ deve trabalhar firmemente no fortalecimento da comunicação pública. Na defesa do repasse para a EBC das verbas do Fundo de Fomento à radiodifusão, segundo sua destinação legal, desviado para outros fins pelo governo federal.

13. Que os Sindicatos deem mais visibilidade à campanha do Marco Regulatório

14. Que a FENAJ deva propor aos Sindicatos a realização de Seminários sobre o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

15. A FENAJ e os sindicatos onde há praças da EBC deve apoiar o movimento dos trabalhadores por um Plano de Carreiras que valorize os empregados.

Fortalecer os veículos públicos de comunicação

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal prevê a complementaridade entre os sistemas privado, estatal e público. Mas foram necessários quase 20 anos até que a primeira regulamentação deste dispositivo ocorresse, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável por coordenar o Sistema Público do país. A criação da EBC foi uma conquista de entidades que lutam pela democratização da comunicação e se configurou como um espaço central para uma mídia mais democrática no país.

Passados seis anos, ainda há muito o que fazer para que o Sistema Público possa cumprir a sua função de ser um espaço participativo de produção de uma comunicação diversa e com vistas à formação da consciência crítica dos cidadãos.

Um primeiro desafio é garantir recursos e estrutura para que rádios, TVs e sites possam chegar à casa das pessoas com qualidade técnica, diferencial nos conteúdos e autonomia política e editorial. O modelo de financiamento dos veículos públicos segue extremamente dependente dos orçamentos dos governos federal e estaduais. Diversas TVs e rádios educativas sofrem com a falta de verbas e a estrutura precária. Até as mais consolidadas passaram recentemente por desmontes, como foi o caso da TV Cultura.

Ainda não foram liberados os recursos da Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública, prevista na Lei 11.6522/2008, que criou a EBC. Ela

vem sendo questionada na Justiça pelas operadoras de telecomunicação desde o início da cobrança. Apesar de vitórias na Justiça, e mesmo com a liberação por parte da TIM do pagamento, o dinheiro ainda não foi revertido totalmente em receitas para a EBC. Isso prejudica não só a empresa mas o restante do sistema público, que teria direito a 22,5% dos recursos.

Sem recursos, as emissoras padecem de enormes dificuldades para fazer o sinal chegar à casa dos cidadãos. Esse problema é ainda mais grave quando considerada a transição à tecnologia digital. O Ministério das Comunicações e a Anatel leiloaram a faixa dos 700 MHz e retiraram os canais previamente reservados às emissoras públicas. Agora, elas brigam para ter espaço, em especial nas maiores cidades onde o espectro já está congestionado. Além disso, não há recursos para montar as infraestruturas de transmissão. O projeto do operador de rede – que montaria torres e antenas não apenas para a EBC como para outras emissoras públicas e estatais – não avançou. O seu sucessor, **apelidado de Brasil 4D**, segue em fase experimental e sem garantia. As emissoras estaduais podem acabar sendo forçadas a procurar um caminho próprio por meio do canal da cidadania. E o Ministério das Comunicações aponta para uma política de fragmentar a implantação dessas infraestruturas. Uma aposta é a criação dos canais da cidadania, mas que demanda investimentos dos poderes públicos estadual e municipal e precisa de acompanhamento para ser uma expressão real da produção da sociedade civil.

Para além disso, as emissoras ainda precisam avançar nos conteúdos. A audiência da Rede Nacional de Comunicação Pública ainda é fraca. Há problemas na promoção das produções regionais e na identidade que possa ser uma alternativa de conteúdo para a população. No caso do jornalismo, há debates frequentes sobre a necessidade de uma cobertura mais diferenciada, plural e com autonomia política.

Por fim, o movimento sindical de jornalistas deve se preocupar também com as demandas e com a valorização dos trabalhadores das emissoras públicas. Em 2013, os empregados da EBC protagonizaram uma greve histórica de 15 dias **em busca de** salários mais altos, mais direitos e melhores condições de trabalho. Neste ano, deve ser concluído um processo estratégico de revisão do Plano de Carreiras. Se considerada a situação das emissoras estaduais, o quadro é mais precário.

DELIBERAÇÕES

1. A FENAJ deve atuar junto ao governo federal em defesa da reserva de canais para as emissoras públicas na TV Digital e se envolver nas iniciativas em defesa dessa bandeira.
2. Os sindicatos a participarem das discussões de implantação dos canais da cidadania nas cidades, que virão a se constituir como experiências de TVs públicas locais.
3. A FENAJ e os sindicatos devem atuar em defesa junto ao governo federal de uma política que garanta a infraestrutura para que as emissoras públicas possam veicular seus conteúdos na TV Digital, garantindo os veículos já existentes e também aqueles previstos no Decreto 5820/2006 (que disciplinou a implantação da TV Digital no país), como o da educação e o da cultura.
4. A FENAJ e os sindicatos devem cobrar do governo que ele faça junções junto às operadoras de telecomunicação para liberar os recursos da Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública.
5. A FENAJ e os sindicatos devem realizar um diagnóstico dos jornalistas de veículos públicos e estatais para identificar estrutura salarial, plano de carreiras, informações sobre gênero, raça e etnia e principais demandas de

modo a elaborar uma estratégia de atuação voltada aos profissionais dessas emissoras, que respeite os acordos e convenções coletivos.

6. A FENAJ e os sindicatos devem promover uma campanha nacional pela independência editorial nos veículos públicos.

7. A FENAJ e os sindicatos deve impulsionar uma campanha em defesa da participação de representantes de trabalhadores nos conselhos das emissoras públicas.

8. A FENAJ deve atuar junto ao governo federal no fomento à diversificação dos canais públicos de comunicação como agências de notícias e rádios web.

EIXO 3 – FORMAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL

TESE-GUIA 3

Em defesa da regulamentação e formação – Plano de ação 2014 para aprovação da PEC do Diploma na Câmara

Proponente: Diretoria da FENAJ

JUSTIFICATIVA

Cumprindo decisões da categoria nos últimos Congressos Nacionais e em outras instâncias deliberativas nacionais, em 2013 a FENAJ e os Sindicatos intensificaram as diversas frentes de batalha pela regulamentação e qualidade da formação profissional.

Também em cumprimento aos passos deliberados pela categoria, dentro do entendimento de que defesas da regulamentação e formação estão associadas, incluindo o Conselho Federal dos Jornalistas (CFJ) e a atualização da legislação profissional, focamos especialmente nas lutas pela aprovação da PEC do Diploma e das novas diretrizes curriculares para os Cursos de Jornalismo.

Justamente em relação a estas questões, avançamos conseguindo vitórias históricas e que nos empoderaram para prosseguir e vencer também outras lutas pela regulamentação da profissão e pela qualidade da formação: as novas matrizes curriculares foram aprovadas e se encontram em implantação nos mais de 300 cursos do país, com a FENAJ e Sindicatos mais uma vez participando ativamente do processo; conquistamos a aprovação da PEC do diploma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), trabalhamos pela montagem da Comissão Especial e agora batalhamos pela vitória final no plenário da Câmara.

Para a conquista das diretrizes mais adequadas à qualidade de ensino que a categoria defende, a diretoria da FENAJ atuou decisivamente junto com o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Para os avanços rumo à reconquista de um dos pilares da nossa regulamentação profissional – a obrigatoriedade da formação específica de nível superior – a FENAJ organizou e liderou os Sindicatos e apoiadores na pressão na Câmara, em especial sobre a CCJC, e atualizou nossos materiais de campanha. Também vem trabalhando para ampliar as bases de sustentação desse movimento essencial à defesa do Jornalismo e da profissão, buscando apoio, por exemplo, no Conselho de Comunicação Social (CCS).

Concomitante a essas duas grandes frentes de luta pela regulamentação e qualidade da formação, outra ação já deliberada pela categoria no Congresso do Acre e que a FENAJ vem providenciando é a retomada das negociações com Relações Públicas e Radialistas em relação ao sombreamento profissional.

Entendendo que devemos manter a reconquista da obrigatoriedade do diploma como uma das principais e mais imediatas ações em defesa da regulamentação e formação, apresentamos a atualização do plano de ações e lutas para aprovação da PEC do Diploma na Câmara.

DELIBERAÇÕES

1. A FENAJ e Sindicatos devem prosseguir com um calendário de Dias Nacionais de Luta pela aprovação da PEC do Diploma na Câmara, organizando manifestações no Congresso, em Brasília, e ao mesmo tempo em todos os Estados.

2. Os Sindicatos devem refazer contatos e pressão, por meio das mais diversas formas e atividades (e-mails, redes sociais, telefone, reuniões, coletivas conjuntas, etc...) com o conjunto dos parlamentares da Câmara, para atualização do placar com os votos.

3. A FENAJ e os Sindicatos devem identificar outras lideranças políticas formais e efetivas que possam influir para o andamento positivo da PEC (na Câmara, no Congresso e mesmo fora dele) para contatos e reuniões semelhantes.

4. Os Sindicatos devem, a cada contato/atividade/ação, informar o resultado à FENAJ para o acompanhamento, avaliação, visibilidade e divulgação.

5. A FENAJ e os sindicatos devem aprofundar a base de apoio na área acadêmica e junto à sociedade: FENAJ avança junto às entidades como FNPJ, SBPJor, Intercom, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes) e Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), , buscando ações mais visíveis e organizadas de professores, pesquisadores e estudantes do Jornalismo e demais áreas da comunicação e afins; Sindicatos

devem procurar mesma organização nos seus estados e regiões, junto a entidades acadêmicas e cursos.

6. A FENAJ e os Sindicatos devem procurar aprofundar a base de apoio na área acadêmica: FENAJ avança junto às entidades como FNPJ, SBPJor e Intercom.

7. Os Sindicatos, em cada Estado/região, também devem procurar constituir grupos de estudantes para fazer a campanha da PEC, especialmente nas MÍDIAS SOCIAIS

8. Os Sindicatos devem identificar nas planilhas de mapeamento dos deputados da Câmara, os que são jornalistas e também parlamentares que podem reforçar lideranças da campanha dentro do Congresso. E devem informar à FENAJ.

9. Os Sindicatos que ainda não providenciaram, devem dar maior visibilidade à campanha nas suas páginas, com destaque para a nova logo, disponibilização de placar, link para o espaço do movimento no site da FENAJ, divulgação do abaixo-assinado, da fan page no FB “Jornalista, só com diploma”.

10. A partir das novas artes da campanha (camisetas e praguinhas) já disponibilizadas aos Sindicatos, entidades devem também produzir materiais atualizados. FENAJ produz para garantir as ações a serem promovidas na Câmara dos Deputados.

TESE CORRELATA À TESE-GUIA 3

Diploma de Jornalismo

Proponente: Sindicato dos Jornalistas de Sergipe

JUSTIFICATIVA

Observamos que no passado acabamos perdendo a oportunidade de aprovarmos a criação do Conselho Federal de Jornalismo e a atualização de nossa Regulamentação Profissional devido à escolha de dois projetos, eu se que ao mesmo tempo, serem apresentados ao Congresso Nacional. Entendemos que devemos ter um foco específico para aquilo que é a mais importante e imprescindível para a nossa profissão. Lutarmos por várias coisas ao mesmo tempo pode ser prejudicial, pois corremos sérios riscos de não conseguirmos nenhum dos dois por falta de uma mobilização maior de nossa categoria, que, infelizmente, deixa muito a desejar nesse quesito. Por isso, defendemos que a luta pelos nossos ideais seja de forma gradativa. Ou seja, defendemos que priorizamos neste momento o que é mais essencial para o fortalecimento de nossa profissão, neste caso, o restabelecimento da obrigatoriedade do Diploma de Jornalismo para o exercício profissional. Infelizmente, profissionais de várias áreas, principalmente Radialistas, adquirem o registro de “Jornalista”, prejudicando a fiscalização por parte do Sindicato, já que as empresas mantêm esses profissionais Radialistas atuando como Repórter, que é função privativa do Jornalista, por eles terem obtido com base na decisão do STF. Isso mostra claramente que enquanto o Diploma não for restabelecido os sindicatos de jornalistas ficarão reféns das outras profissões, especialmente Radialistas, que são nossos maiores concorrentes, por vez ou outra exercerem funções que são exclusivas de jornalista.

DELIBERAÇÃO

Fortalecer e colocar a campanha nacional pela aprovação imediata da PEC dos Jornalistas como o principal foco de nossas lutas em 2014, apresentando outros pleitos somente após sua aprovação.

EIXO 4 – CONDIÇÕES DE TRABALHO

TESE-GUIA 4

Trabalho decente para os Jornalistas

Proponente: Diretoria da FENAJ

JUSTIFICATIVA

As mudanças no mundo do trabalho somadas aos constantes ataques e tentativas de flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil têm impactado diretamente as relações de emprego, inclusive dos jornalistas. A prática neoliberal de desregulamentação das profissões, de ampliação dos contratos temporários, das terceirizações e da ausência dos contratos coletivos fragilizam os trabalhadores, facilitam as demissões em massa e reduzem direitos conquistados com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O mais recente ataque aos trabalhadores veio sob a forma do Projeto de Lei 4330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PR/GO), que criaria condições para aprofundar a terceirização e a precarização dos contratos de trabalho. A ameaça do PL da Terceirização é mais grave para a classe trabalhadora do que a criação da demissão sem justa causa, nos anos 1960, e do que o desmonte do setor público e toda a sorte de desregulamentações ocorridas durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Além de exercer uma das profissões que mais sofre com o processo de terceirização, os jornalistas também são vítimas de uma grande fraude trabalhista: a pejetização – quando os trabalhadores são contratados como

Pessoas Jurídicas (PJ). É uma velha prática dos patrões para surrupiar direitos trabalhistas como férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cumprimento de jornada, entre outros. Muitos profissionais, acreditando ser um bom negócio, são enganados e sofrem consequências nefastas como a dificuldade para obter aposentadoria ou garantir direitos mínimos.

A realidade atual imposta pelas empresas de comunicação é uma tentativa de precarizar cada vez mais os direitos trabalhistas e as condições de trabalho da categoria. Em todos os setores da profissão – empresas de jornais, revistas, rádio, TV, internet e assessorias de imprensa, e também no serviço público – é prática rotineira a sonegação de vínculo em carteira, com a disseminação dos frilas fixos, a contratação ilegal como PJ e a figura do sócio–cotista. Tudo isto evidencia uma dura realidade: o Brasil vai na contramão da Agenda do Trabalho Decente preconizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999.

O Trabalho Decente é promotor do desenvolvimento e bem estar, protetor da dignidade humana e condição para o exercício da cidadania, segundo a diretora do Escritório da OIT no país, Laís Abramo. O trabalho é a via fundamental para a superação da pobreza, das desigualdades e da exclusão social e uma das formas mais diretas pelas quais o desenvolvimento pode favorecer as pessoas. No Brasil, 77,3% da renda das famílias advém do trabalho. Entre as famílias mais pobres, esse percentual é de 62% e, nas famílias mais pobres do Nordeste, de 59%.

Um olhar mais atento sobre os critérios de “formas inaceitáveis de trabalho”, ainda em discussão pela OIT, constata–se que os jornalistas brasileiros vivem, no dia a dia, situações abomináveis, do ponto de vista do Trabalho Decente: salário/rendimento não suficiente para superar a pobreza (daí a necessidade de um piso nacional para a categoria); condições de trabalho (saúde e segurança ocupacional) que representam ameaça à integridade

física do trabalhador (oportunidade de criação de um protocolo nacional de segurança e saúde), bem como desrespeito ao contrato e à jornada de trabalho.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e os Sindicatos da categoria no Brasil lutam diuturnamente no combate a todas as formas de precarização do Jornalismo e do trabalho dos jornalistas. A recente greve histórica no Pará, na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o estado de greve no Ceará e as paralisações em Pernambuco são provas da mobilização e disposição da categoria para a luta, que se faz ainda mais necessária já que o país é signatário, mas não ratificou a convenção 87 da OIT, Relativa à Liberdade Sindical e à Proteção ao Direito de Sindicalização. Não podemos mais aturar a prática de perseguição àqueles que se propõem a lutar pela categoria, bem como aos que simplesmente optam por estar do lado do seu sindicato.

Devemos estar conscientes, também, que essas mazelas atingem o conjunto da classe trabalhadora, da qual os jornalistas fazem parte. Por isso, a FENAJ deve fortalecer seus vínculos com a central única dos trabalhadores (CUT), à qual é filiada.

DELIBERAÇÕES

1. A FENAJ e os Sindicatos devem construir os indicadores do Trabalho Decente para Jornalistas.
2. A FENAJ e os Sindicatos devem desenvolver campanha nacional, junto aos parlamentares, ESCOLAS DE JORNALISMO, MÍDIAS PÚBLICAS, E ENTIDADES SINDICAIS e à sociedade, pela aprovação do Piso Nacional dos Jornalistas.
3. A FENAJ e os Sindicatos devem desenvolver campanha, junto à categoria, para divulgação da proposta de Protocolo Nacional de Segurança e Melhoria das Condições de Trabalho dos Jornalistas, ao longo do segundo semestre de

2014, por meio dos instrumentos de mídia das entidades, de reuniões e assembleias, mas também, sempre que possível, visita às redações.

4. A FENAJ e os Sindicatos têm de levar uma forte mobilização contra qualquer demissão, partindo da convenção 158 da OIT, que coíbe a demissão imotivada

5. Os Sindicatos devem incluir as propostas do Protocolo Nacional de Segurança e Melhoria das Condições de Trabalho dos Jornalistas em suas propostas de convenções/acordos coletivos.

6. A FENAJ deve reeditar (com atualizações) a Cartilha de Combate à Precarização.

7. A FENAJ e os Sindicatos devem apresentar denúncia de práticas antissindicais à Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), do Ministério Público do Trabalho (MPT). Produzir também um material gráfico, ou digital, informando aos colegas quais são estas práticas, como podem ser enquadradas e denunciadas, bem como as consequências para a delinquência patronal neste tipo de situação.

8. A FENAJ deve apresentar queixa de práticas antissindicais e formas de trabalho não aceitáveis ao Comitê de Liberdade Sindical da OIT.

9. A FENAJ e os Sindicatos devem participar das discussões para formalização de uma lei, no Congresso Nacional, contra práticas antissindicais.

10. A FENAJ deve pressionar o governo brasileiro a ratificar a Convenção 87 da OIT.

11. A FENAJ e os Sindicatos devem se opor de todas as formas à precarização do vínculo trabalhista, na forma do frila fixo ou do PJ.

12. A FENAJ deve coordenar junto aos Sindicatos uma campanha nacional, junto aos parlamentares, universidade, entidades de classe e à sociedade, pela aprovação do Piso Nacional dos Jornalistas.

13. A FENAJ deve reeditar e atualizar um material específico sobre assédio moral, fornecendo informações sobre os tipos de assédio, legislação e consequências para a saúde do trabalhador submetido a este tipo de situação.

14. A FENAJ, juntamente às centrais sindicais e outras entidades de trabalhadores, deve atuar para impedir que projetos que retirem direitos e que flexibilizem, ainda mais, as condições de trabalho sejam aprovados no Congresso Nacional, a exemplo do PL 4330/04 e Acordo Coletivo Especial (ACE), que pretende fazer com que o negociado prevaleça sobre o legislado, ou seja, que os sindicatos possam fechar com os patrões acordos que tenham mais força que a própria CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

15. A FENAJ deve atuar para impedir a aprovação, no Congresso Nacional, do PL 728/2011, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), e outros que prevejam manifestações durante a Copa do Mundo sejam tratadas como atos de terrorismo e que limita o direito de greve dos trabalhadores, configurando como uma prática antissindical.

16. A FENAJ deve lutar, juntamente com seus sindicatos de base e outras entidades sindicais de trabalhadores, contra o PL 4330/04, que regulamenta a prática da terceirização, e quaisquer outras propostas que flexibilizem as relações de trabalho

17. A FENAJ e os Sindicatos devem defender e garantir que os concursos públicos para quaisquer cargos do campo do jornalismo em território nacional observem os seguintes requisitos mínimos: em caso de vinculação através de Estatuto próprio, que seja respeitada a carga horária padrão da categoria de 5 horas diárias, totalizando um máximo de 30 horas semanais, sem prejuízo

remuneratório em relação ao vencimento padrão para servidores de nível superior completo.

18. Os Sindicatos e a FENAJ devem cobrar do Ministério Público do Trabalho e das Superintendências Regionais de Trabalho uma efetiva fiscalização quanto ao enquadramento dos profissionais, não podemos aceitar a fiscalização protocolar de RH e sim a fiscalização efetiva sobre o real trabalho do Profissional Jornalista. (APROVADA)

19. Realização de campanha e cartilha contra os assédios moral e sexual

20. Os Sindicatos, sob orientação da FENAJ, devem criar grupos de trabalho para propor, desenvolver e acompanhar políticas e ações para a saúde dos jornalistas.

21. A FENAJ deve orientar os Sindicatos que busquem assegurar junto aos poderes municipais o preenchimento de cargos comissionados na área de Comunicação Social aos jornalistas profissionais.

TEMA CORRELATO

Fortalecer a categoria e os sindicatos para barrar a onda de demissões

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal

JUSTIFICATIVA

Os principais empregadores do setor de mídia e jornalismo nos planos nacional e regional têm realizado demissões em massa nos últimos anos de 2011 ELES ocorrem num cenário econômico favorável para a maioria dessas empresas, pois seu faturamento publicitário vem crescendo em praticamente todos os segmentos. Só em raros casos as demissões estão realmente relacionadas a graves crises financeiras das empresas.

Tais cortes caracterizam-se portanto, quase sempre, como simplesmente destinados a **ampliar a margem de lucro** das empresas de mídia seja pela via da **rotatividade**, por meio da contratação de substitutos por salários menores; seja por meio do enxugamento do quadro de pessoal sem preenchimento das vagas, obrigando os trabalhadores remanescentes a assumir mais tarefas.

A única forma de barrar as demissões é a mobilização da categoria nos locais de trabalho. Em São Paulo, o Sindicato teve uma importante experiência ao barrar temporariamente a demissão de toda a redação do Jornal da Tarde, graças aos jornalistas que decidiram enviar aviso de greve à empresa frente à possibilidade das demissões, o que suspendeu as demissões, mesmo com o fechamento do jornal. Ao final, de quase 50 jornalistas, menos da metade foi demitida (os demais foram incorporados em outras funções). Os demitidos

acabaram recebendo cerca de 5 salários a mais (3 por indenização). Com base nesta experiência, houve exemplos de resistência organizada frente às demissões no Brasil Econômico, Estadão e Abril.

Também tem havido demissões punitivas, em retaliação a greves ou protestos dos jornalistas. É o caso das mídias do grupo *Diário do Pará*, que está cortando periodicamente os profissionais que mais se destacaram na greve realizada em 2013.

A TV Globo do Rio de Janeiro precisou assinar termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Trabalho (MPT), em 2012, mediante o qual concordou em **admitir 150 jornalistas e radialistas**. Isso porque o MPT da 1ª Região havia investigado e apurado casos de funcionários com expediente de mais de 19 horas, desrespeito ao intervalo mínimo entre expedientes (11 horas) e não concessão do repouso semanal remunerado.

Ao lado da onda de demissões massivas que coloca a categoria em uma postura defensiva, observamos também que muitos grupos empresariais têm adotado a prática de demissão a “conta-gotas”, de poucos profissionais, porém permanente. Com isso, essas empresas evitam possíveis mobilizações e descontentamento dos profissionais, driblando também as denúncias e o desgaste de imagem na sociedade.

Alta rotatividade. Salários menores

O setor de mídia revela-se entusiasta de uma prática recorrente na economia brasileira, a da **alta rotatividade** da força de trabalho: “No Brasil, as taxas de rotatividade da mão de obra nos últimos 10 anos se mantiveram em patamares elevados, acima de 40% praticamente em todo o período”, afirma o Dieese. Em 2007, o índice de demissões sem justa causa no país alcançou quase 60%!

“A facilidade para demitir trabalhadores permite que as empresas utilizem esse mecanismo de rotatividade para reduzir os custos salariais, desligando profissionais que recebem maiores salários e contratando outros por menores salários”, diz o Dieese.

É evidente a dificuldade de enfrentar tal prática quando parte expressiva da categoria se encontra intimidada pelas práticas antissindicais que o patronato adota. Contudo, cabe aos sindicatos de jornalistas e à FENAJ fazer esse enfrentamento. Certamente é preciso divulgar e desmascarar amplamente as demissões, de modo a constranger os patrões, como vem fazendo o Sindicato dos Jornalistas do Paraná ao implantar um *ranking* de demissões. Cabe ainda mostrar à população que as demissões afetam a qualidade do produto, porque desestruturam as redações.

DELIBERAÇÕES

1. Retomada e intensificação da luta pela **estabilidade no emprego**, direito que a Ditadura Militar suprimiu em 1966. Obviamente, essa bandeira não pode ser unicamente da nossa categoria. A CUT a incluiu na agenda, porém na forma de luta pela **adesão do Brasil à Convenção 158** da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe a chamada *demissão imotivada*. O presidente Lula enviou ao Congresso Nacional, em 2008, projeto de adesão à Convenção 158. Ele já foi rejeitado em duas comissões, inclusive a do Trabalho (esta em 2011), o que sinaliza a hegemonia patronal no parlamento brasileiro.

2. Paralelamente, a FENAJ deve propor à CUT a outras centrais sindicais que inclua na sua agenda a luta por um projeto de lei que eleve de 50% para 100% (ou percentual próximo) a multa que os patrões devem pagar em casos de demissões imotivadas, como forma de coibir essa prática.

3. Intensificar a luta contra as demissões, por meio de demonstrações públicas diante das empresas que demitem, boicotes, paralisações, representações ao MPT, ações judiciais de reintegração e outras medidas que criem repercussão negativa (e eventualmente perdas financeiras) para esses empregadores.

4. A FENAJ deve coordenar uma campanha nacional de sindicalização dos jornalistas, devendo haver um esforço especial de filiação de jornalistas que atuam em redações, inclusive nas grandes empresas de mídia, no setor público e nas empresas que prestam serviços de assessoria de imprensa, para reverter o quadro de individualismo e desagregação existente hoje em diversos locais de trabalho.

5. A FENAJ recomenda aos Sindicatos que procurem fortalecer-se nas redações, disputando as comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas), formando grupos de apoio etc. Somente a organização no local de trabalho, formal ou informal, é que poderá criar condições mais favoráveis de enfrentamento com os patrões por ocasião de demissões massivas.

6. A FENAJ deve encomendar ao Dieese, ou a órgão similar, o quanto antes, uma pesquisa sobre as demissões na categoria nos últimos dez anos, de modo a levantar dados, como o índice de rotatividade e outros, que permitam ao movimento sindical melhor entendimento dessa prática patronal altamente nociva.

7. A FENAJ deve orientar os sindicatos para que denunciem eventuais demissões e outras práticas deletérias das empresas de jornalismo (assédio moral, precarização, jornadas exaustivas), estimulando-os a divulgar listas que relacionem as empregadoras e o número de cortes de jornalistas praticados por elas.

8. Atenção especial deve merecer a situação no interior dos Estados, onde há menor cobertura da organização sindical, dificuldade de registrar o número de

demissões e uma política patronal agressiva no que se refere à coerção dos trabalhadores jornalistas e à política de cortes.

Pela valorização e pelo respeito ao jornalista

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro

JUSTIFICATIVA

O mundo do trabalho sofre uma série de transformações, que refletem diretamente em nossa profissão. O advento das novas tecnologias nos coloca à frente de um desafio: o tempo. A fugacidade da informação nas redes faz com que o tempo para apuração e reflexão das informações seja reduzido e, conseqüentemente, faz com que o trabalho do jornalista seja extremamente precarizado. No Rio de Janeiro, acompanhamos o fim do Jornal do Brasil impresso, em 2010; o aumento de demissões em redações e, recentemente, a escalada de violência a jornalistas em manifestações.

Na contramão da maioria dos estados brasileiros, o Rio de Janeiro é um dos poucos locais onde não há piso salarial. Hoje, há uma referência salarial de R\$ 5.231,00 para jornada de cinco horas e R\$ 8.370,00 para jornada de sete horas. A referência salarial não tem qualquer validade legal de cobrança ou fiscalização, pois não configura piso salarial e não está previsto em Convenção Coletiva de Trabalho. A falta de piso faz com que os patrões paguem salários irrisórios. Há empresas que pagam menos de R\$1.000 aos profissionais, sem contar outras formas de precarização como a pejetização e terceirização. O projeto de lei nº2960/11 propõe a fixação do valor de R\$ 3.270 para o piso salarial nacional dos jornalistas.

Fora a questão salarial, o jornalista ainda enfrenta a falta de cumprimento da jornada legal de cinco horas, prevista na CLT. Em vez de pagarem duas horas

extras (5+2), os patrões as incorporam à jornada e não pagam como hora extra. Nas assessorias de imprensa, a situação ainda é pior, uma vez que os jornalistas cumprem carga horária de oito horas. Já no poder público, o jornalista, além de cumprir a jornada ilegal de oito horas, é contratado como analista, técnico, tecnologista ou gestor de atividade jornalística. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro está encampando ampla campanha pelo cumprimento da jornada legal nas estatais e já denunciou a Eletrobras ao Ministério Público do Trabalho.

Outro ponto nevrálgico nas condições de trabalho dos jornalistas são o acúmulo e o desvio de funções. Muitos fotografam, escrevem e diagramam ao mesmo tempo, o que configura o acúmulo de função. Já o desvio de função é consolidado quando o trabalhador exerce funções fora de sua profissão, como os jornalistas que dirigem os veículos da empresa, por exemplo.

No que tange à qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho dos jornalistas, a situação é estarrecedora. Acompanhamos casos de depressão, síndrome do pânico e outras doenças psicológicas. De acordo com estudo do doutor em psicologia, José Roberto Heloani, da Unicamp, há aumento dos casos de depressão, uso abusivo de drogas e álcool entre profissionais de jornalismo. Muitas destas doenças são causadas pela exploração do trabalho e, principalmente, pelos assédios moral e sexual e discriminação por gênero, raça e orientação sexual.

Em relação à segurança, o Rio de Janeiro vive um momento crítico. De acordo com relatório produzido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, de maio a outubro de 2013, foram 49 casos de agressões a jornalistas, ataques vindos tanto de agentes do Estado como de manifestantes. A morte do repórter cinematográfico da Rede Bandeirantes, Santiago Andrade, em fevereiro deste ano, causou comoção nacional. O Sindicato realizou audiência pública em novembro do ano passado com agentes da segurança pública, ONU, defensores de direitos humanos, OAB e

ABI, entre outras organizações; e conseguiu uma audiência temática junto à OEA. Além disso, o Sindicato realizou plenárias com os trabalhadores e cobrou das empresas o fortalecimento das cláusulas de segurança nas Convenções Coletivas de Trabalho.

Como podemos ver são inúmeros os desafios em defesa do jornalista e somente com mobilização e unidade entre todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras da comunicação poderemos mudar essa realidade. Somos jornalistas e merecemos respeito!

DELIBERAÇÕES

1. Apoiar campanha da PEC do Diploma
2. Que a FENAJ crie um fórum entre os sindicatos para compartilhar informações do Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas e outros Profissionais da Comunicação

EIXO 5 – COMBATE ÀS AGRESSÕES E SEGURANÇA DOS JORNALISTAS

TESE-GUIA 5

Segurança dos Jornalistas – Mudança Estatutária e Protocolo de Segurança

Proponente: Diretoria da FENAJ

JUSTIFICATIVA

A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas têm acompanhado, com grande preocupação, a escalada da violência contra os jornalistas e têm denunciado publicamente os casos de agressões, ameaças e mortes ocorridos, cobrando a apuração e a consequente punição dos culpados.

Em 2013, houve redução do número de casos de assassinatos, em comparação com o ano anterior. Registramos o assassinato de um jornalista em razão de sua atividade profissional: Rodrigo Neto, de Minas Gerais (também foram assassinados os radialistas Mafaldo Bezerra Góis e Renato Machado, este vítima de um crime passional, o diretor de jornal José Roberto Ornelas e o diretor de rádio, Cláudio Moleiro de Souza, que não exercia funções jornalísticas). Outro jornalista foi assassinado: o repórter fotográfico Walgney Assis Carvalho. Mas, segundo as investigações, ele foi morto numa queima de arquivo, por saber quem seria o assassino de Rodrigo Neto.

Um novo fenômeno, entretanto, surgiu em 2013 para agravar a já preocupante situação da categoria: ameaças e agressões a jornalistas durante manifestações públicas. Foram mais de cem profissionais agredidos enquanto faziam a cobertura jornalística dos protestos populares, realizados em várias capitais brasileiras, a partir do mês de junho. A maior parte das agressões partiu de policiais, mas houve também dezenas de casos de ameaças e agressões feitas por manifestantes.

Nas manifestações dos últimos meses, houve vários episódios de agressão de manifestantes contra jornalistas, com frequência como resultado do repúdio provocado pela atuação dos principais meios de comunicação no país. Diante desta situação, nos dirigimos a todo e qualquer manifestante explicando o seguinte:

- Os jornalistas respeitam totalmente o direito de qualquer pessoa protestar contra as empresas jornalísticas;
- Os jornalistas são assalariados, que vivem do seu trabalho;
- Os manifestantes têm de respeitar o trabalho e a integridade dos jornalistas, que são trabalhadores como qualquer outro;
- Os jornalistas não se confundem com as empresas jornalísticas, e condenamos qualquer agressão ou desrespeito a um jornalista que esteja fazendo seu trabalho.

Além desses episódios, também deve se registrar ocorrências isoladas, cometidas por indivíduos, na sua grande maioria detentores de cargos públicos – prefeitos, vereadores, deputados, governadores, magistrados e delegados de polícia – que agrediram ou ameaçaram jornalistas.

Em 2014, ano de eleições gerais e da realização da Copa do Mundo no Brasil, causa preocupação a possibilidade de que novas investidas contra os jornalistas e contra o livre exercício do Jornalismo venham a ocorrer. Por isso,

é necessária a tomada de medidas preventivas, como a determinação, por parte dos governos estaduais, de que as forças policiais devam proteger o jornalista no exercício da profissão e não tentar impedir o seu trabalho usando a violência.

Também é preciso intensificar as denúncias dos crimes cometidos contra jornalistas e as medidas de apuração dos fatos e punição dos culpados. A FENAJ e os Sindicatos dos Jornalistas estão empenhados para aperfeiçoar sua atuação nas denúncias públicas, nacional e internacionalmente, e estão em campanha pela criação do Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas e Outros Profissionais da Comunicação.

No entanto, a FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas reafirmam que o Jornalismo não é uma atividade de risco por natureza. Por isso mesmo, medidas preventivas devem ser tomadas para que as situações de risco sejam identificadas e os riscos sejam minimizados. A FENAJ defende a iniciativa de buscar convenções coletivas, por sindicato patronal ou até por empresa (exemplo EBC), prevendo a obrigatoriedade de a empresa custear equipamentos de segurança e programas de treinamento. O exemplo da EBC SP é importante: os jornalistas e radialistas decidiram coletivamente não cobrir a manifestação de 22 de fevereiro em São Paulo (onde vários jornalistas acabaram agredidos) por falta de equipamento de segurança, e impuseram sua posição à direção da empresa (com a participação dos Sindicatos).

A morte de Santiago Andrade merece nosso mais veemente repúdio e condenação. Exigimos investigação e punição dos responsáveis por sua morte. Responsabilizamos também a TV Bandeirantes, que não garantiu a segurança do profissional, sonogando o equipamento próprio (obrigatório segundo a Convenção Coletiva) e não enviando uma equipe completa para cobrir a manifestação.

Não podemos concordar com a imposição, nas manifestações, de grupos mascarados que agem totalmente fora do controle coletivo. A tradição da democracia operária é a de acordos de unidade para a realização de atos e manifestações de rua, com formas de ação e organização acertadas de comum acordo com os organizadores. Os chamados black blocs atuam em manifestações sem acordo com os organizadores e se lançam a enfrentamentos que só interessam aos que querem esvaziar os movimentos coletivos e à própria polícia, que busca pretextos para ampliar sua ação repressiva.

Os jornalistas não podem se tornar alvos fáceis, sem que as empresas jornalísticas, a categoria e o poder público tomem medidas efetivas para sua proteção.

A violência contra jornalistas é quase sempre fruto da não aceitação da convivência democrática, que exige a exposição do contraditório, e da não aceitação da prevalência dos interesses públicos sobre os interesses privados, característica inerente ao Jornalismo. Por isso, não podemos naturalizá-la nem justificá-la. A violência contra o jornalista constitui-se como um atentado à liberdade de expressão e de imprensa e, especialmente, à democracia, devendo ser condenada e combatida em qualquer situação que ocorra.

A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas também chamam a atenção para as situações cotidianas de agressão aos jornalistas, ocorridas dentro das redações, como imposição de censura interna, assédio moral, excesso de carga horária de trabalho, acúmulo de funções, , práticas antissindicais, crimes contra a organização do trabalho”, entre outras, que afetam a saúde física e mental dos profissionais e também prejudicam a qualidade da informação a ser divulgada à sociedade.

Por isso, a FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas reafirmam a necessidade de condições para o trabalho digno, ressaltando a garantia de segurança para os jornalistas, assim como a observância dos princípios e normas do Jornalismo e do Código de Ética do Jornalista Brasileiro.

PROPOSTAS

1. O Congresso dos Jornalistas aprova a alteração da alínea h, do inciso II do artigo II, do Estatuto da FENAJ, **que trata da nomenclatura dos departamentos da Federação**, que passa a vigorar com seguinte redação: “Saúde e Segurança dos Jornalistas”.

2. A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem desenvolver campanha pela aprovação do PL 1.078/2011, do deputado Protógenes Queiroz, que federaliza as investigações de crimes cometidos contra jornalistas no exercício da profissão.

3. A FENAJ deve intensificar articulação com outras entidades do campo da comunicação (Fitert, Artigo 19, Abraço, entre outras) para o desenvolvimento de campanha conjunta pela criação, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e garantida a participação social, do Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas e Outros Profissionais da Comunicação.

4. A FENAJ deve intensificar diálogo com as entidades nacionais de empresas de comunicação para a aprovação do Protocolo Nacional de Segurança e Melhoria das Condições de Trabalho dos Jornalistas, que deverá conter as seguintes cláusulas, relativas à segurança dos jornalistas:

a) As empresas jornalísticas comprometem-se a criar, nos locais de trabalho, de Comissão de Segurança (compostas pelos jornalistas) para

avaliação dos prováveis riscos de violência nas coberturas jornalísticas e definição de medidas mitigatórias destes riscos;

b) As empresas jornalísticas garantirão aos seus jornalistas seguro de vida especial, quando em viagem e/ou em trabalho caracterizado pelas Comissões de Segurança das redações como sendo de risco;

c) As empresas garantirão aos seus jornalistas equipamentos de segurança individual de eficácia garantida por órgãos de certificação e também suporte operacional, de acordo com as orientações das Comissões de Segurança das redações;

d) A FENAJ e as entidades representativas das empresas jornalísticas promoverão, em conjunto, treinamentos para os jornalistas, entre eles o de primeiros-socorros, e outros a partir de demandas das Comissões de Segurança das redações.

e) As empresas de comunicação devem monitorar questões de segurança dos jornalistas e disponibilizar o Protocolo de Segurança por escrito às equipes e ao público em geral.

f) O Protocolo de Segurança das empresas de comunicação devem ser extensivas a jornalistas freelancer, seus assistentes, empregados locais e equipes de apoio;

g) Jornalistas têm o direito de recusar pautas/missões perigosas;

h) As empresas de comunicação garantirão a disponibilidade de aconselhamento psicológico para jornalistas vítimas de violência.

5. A FENAJ e as entidades representativas das empresas jornalísticas apóiam e vão trabalhar pela criação do Observatório Nacional de Crimes contra Jornalistas e Outros Profissionais da Comunicação.

6. Cobrar do Ministério da Justiça a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta para ação das polícias em manifestações;

7. Que conste no texto do Protocolo Nacional de Segurança a ser apresentado às entidades patronais que as normas de segurança devem ser respeitadas também por órgãos, empresas públicas, privadas e entidades que contratem jornalistas.

8. As convenções coletivas devem prever cláusula de consciência

9. A FENAJ deve propor às instituições de ensino de jornalismo que desenvolvam currículos com conteúdos relevantes para a segurança dos jornalistas e contra a impunidade nos crimes.

10. A FENAJ e os Sindicatos devem sensibilizar a sociedade sobre a importância da segurança dos jornalistas e sobre o combate à impunidade, promovendo campanha nacionais no Dia do Jornalista, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, entre outras datas alusivas à categoria.

11. Que fique como indicativo para o próximo Congresso Nacional tema Violência em seus vários aspectos.

12. Que a FENAJ elabore uma Cartilha que identifique os equipamentos e procedimentos de segurança para os jornalistas que cobrem grandes eventos;

13. Que a FENAJ denuncie aos órgãos internacionais (ONU, órgãos internacionais de Direitos Humanos, entidades jornalísticas) a violência que impera no Brasil contra jornalistas.

EIXO 6 – TESES AVULSAS

Inclusão e atualização da autodeclaração étnico-racial nos cadastros de jornalistas da FENAJ e no das entidades sindicais

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro

JUSTIFICATIVA

Os meios de comunicação e, particularmente, a imprensa, podem e devem ocupar posição privilegiada no processo de superação dos problemas raciais. Tal importância pode ser detectada em várias instâncias legais e proposições: Convenção nº 111/1958 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada em 1965; criação do Instituto Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir)/1995; Plano de Ação de Durban, produzido pela III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata/ONU, na África do Sul, em 2001; Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, que no artigo 39, define que “O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas.”

No tocante ao universo dos jornalistas, a invisibilidade da atuação dos profissionais jornalistas afro-brasileiros no mercado de trabalho expressa bem a “eficiência de mecanismos discriminatórios da sociedade brasileira que colocam os negros em desvantagem em relação aos não-negros. A escolaridade não garante, por si, a igualdade entre negros e não-negros no mercado de trabalho, visto que mesmo entre aqueles com ensino superior, os negros e as negras apresentam maior desemprego e menor rendimento.”
Schneider, Eduardo Miguel.

Mas quantos somos, onde estamos e como estamos? Levantamento da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) mostrou que, embora a maioria dos jornalistas seja de mulheres, brancas e jovens (64%), elas ocupam posições hierárquicas mais baixas e recebem salários menores que os homens. “Já os negros e negras jornalistas somam 23% desses profissionais, o que não corresponde nem de perto ao percentual de 50,74% de pretos e pardos (negros) na sociedade brasileira, segundo o IBGE.”
Feitosa, Aida e Vieira, Isabel.

Daí a reiterada reivindicação da intensificação da campanha pela autodeclaração de cor/etnia nas fichas cadastrais de sindicalização e de atualização de dados feitas periodicamente pelos sindicatos e inclusão do item raça/cor no cadastro de emissão de carteiras da FENAJ. Das 31 entidades sindicais associadas à FENAJ, 10%, ou três (DF, AL e RS), acolheram tal recomendação oriunda de congressos nacionais da categoria, com vistas à realização de censo étnico/racial nas convenções coletivas estaduais.

Outra recomendação da FENAJ trata do censo com recorte étnico-racial nas redações. Entretanto, para que as entidades sindicais exijam do patronato tal ação, cabe a elas iniciarem o processo de mapeamento étnico-racial em suas bases. Desta forma, poderão ser elaboradas variadas análises qualitativas que subsidiarão as entidades sindicais na formulação e defesa

de cláusulas específicas nos acordos com os empregadores, incluídas as dirigidas à promoção da igualdade.

Em tempo, é importante frisar que não há, atualmente, como se subestimar o papel da categoria raça – construção sociológica – como elemento de hierarquização e diferenciação na distribuição das oportunidades econômicas.

DELIBERAÇÕES

1. Que a FENAJ e os demais Sindicatos dos jornalistas brasileiros intensifiquem a campanha pela autodeclaração de cor/etnia em suas fichas cadastrais de sindicalização e de atualização de dados feitas periodicamente pelos sindicatos com vistas à realização de censo étnico/racial nas convenções coletivas estaduais;

2. Que a FENAJ inclua o item raça/cor no cadastro de emissão de carteiras da federação;

3. Que a FENAJ reitere a recomendação de desencadear um censo nacional nas redações brasileiras, com a inclusão dos itens cor/raça/etnia, gênero, deficiências, aposentados, entre outros;

4. Que a FENAJ e os demais sindicatos de jornalistas brasileiros reitem o incentivo ao debate e criação de grupos organizados que lutem pela igualdade étnico-racial e com recorte de gênero;

5. Que a FENAJ e os demais sindicatos de jornalistas brasileiros reitem o incentivo à capacitação do corpo jurídico das entidades para encaminhamento judicial das questões;

6. Que a FENAJ e os demais sindicatos dos jornalistas brasileiros reitem a defesa da legislação anti-racista e que promove a igualdade racial no país, como o artigo 26 A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (lei

federal 9.9394/1996 – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena);

7. Que a FENAJ e os demais sindicatos dos jornalistas brasileiros reiterem a criação e implementação de cursos/oficinas de (In)Formação, capacitação em parceria com entidades governamentais e da sociedade civil abertos à Categoria e acadêmicos das Faculdades de Comunicação com o intuito de melhorar a qualidade de cobertura jornalística dos temas relacionados com a etnia negra;

8. Que a FENAJ e os demais sindicatos dos jornalistas brasileiros reiterem a criação de mecanismos que monitorem e previnam a discriminação;

9. Que a FENAJ e os demais sindicatos dos jornalistas brasileiros reiterem a criação de programas de educação para a igualdade, destinados à valorização da diversidade no trabalho;

10. Que a FENAJ e os demais sindicatos dos jornalistas brasileiros reiterem o apoio para iniciativas que visem o combate às discriminações e preconceitos raciais e promoção da igualdade racial, como o Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento.

11. Que a FENAJ estimule as empresas de comunicação a contratar profissionais negros na mesma proporção que os demais, até que esses correspondam ao percentual de negros identificados pelo IBGE na população brasileira.

12. Que a FENAJ estimule os sindicatos filiados pautarem nas negociações de convenções coletivas e dissídios a adoção de cláusulas referentes a programas de equidade de gênero e raça.

Jornalismo e deficiência

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro

JUSTIFICATIVA

Com o Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamentou as leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade no atendimento às pessoas com deficiência, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, toda a sociedade brasileira ficou obrigada a incorporar os parâmetros de acessibilidade definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na sua NBR 9050/2004, que trata da acessibilidade de edificações e mobiliários.

Consolidando e atribuindo máxima importância política a tais dispositivos legais, no dia 13 de maio de 2008 ocorreu a primeira votação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na Câmara dos Deputados, e no dia 2 de julho ela foi votada no Senado. Sempre aprovada por mais de três quintos dos votos em dois turnos nas duas casas legislativas, a Convenção finalizou a etapa do Congresso no dia 9 de julho, quando é promulgado o Decreto Legislativo 186 que aprova seu texto e seu Protocolo Facultativo com equivalência de Emenda Constitucional.

Finalmente, no dia 25 de agosto de 2009 a ratificação da Convenção foi completada com a sanção do Decreto 6.949 da Presidência da República.

Apenas este conjunto de leis e decretos já seria suficiente para justificar quaisquer medidas de promoção da acessibilidade de edificações, mobiliários e na comunicação e informação, mas ainda podemos e devemos considerar todo o arcabouço legal brasileiro relativo aos direitos das pessoas com deficiência, que é considerado um dos melhores das Américas.

E, acima de tudo, devemos considerar que o atendimento aos direitos das pessoas com deficiência beneficia a todas as pessoas, pois é o que explicita o conceito de Desenho Universal, que define a natureza dos projetos arquitetônicos e de mobiliário urbano que incorporam os parâmetros de acessibilidade. Ou seja: a adoção de tais parâmetros representa um grande avanço civilizatório.

Ora, se os jornalistas são os cronistas da Civilização e defensores de direitos humanos por excelência, não podem se furtar à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, ao incentivo à inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho e à cobrança de acessibilidade arquitetônica e tecnológica, particularmente comunicacional, nas instalações de empresas jornalísticas.

É estatisticamente comprovado que a maioria quase absoluta das pessoas com deficiência tem potencial para ocupar postos de trabalho, em todos os campos. O preconceito e a discriminação não deixam que se reconheça, por exemplo, que a grande maioria das pessoas com paralisia cerebral, que compromete o controle motor, tem sua capacidade intelectual 100% preservada. Da mesma forma, outras deficiências podem ser incluídas entre as características de profissionais do jornalismo, como já demonstram algumas pessoas com deficiência que exercem a profissão de jornalista.

Afinal, o principal direito humano conquistado pelas pessoas com deficiência é a prerrogativa de só elas poderem dizer o que são capazes ou não de fazer.

Diante do exposto, há que se considerar que não é possível aos jornalistas profissionais postergar seu posicionamento em relação à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, assim como deixar de promover a inclusão de jornalistas com deficiência no mercado de trabalho, tanto pela incorporação desses profissionais às equipes jornalísticas como reivindicando a implementação de acessibilidade nas instalações e equipamentos das empresas jornalísticas.

DELIBERAÇÕES

1. Que a FENAJ e os demais sindicatos dos jornalistas brasileiros realizem campanha de conscientização em relação aos direitos das pessoas com deficiência junto aos jornalistas profissionais brasileiros, assim como de estímulo à incorporação de jornalistas com deficiência aos seus quadros de associados.
2. Que a FENAJ e os demais sindicatos dos jornalistas brasileiros realizem campanha de conscientização em relação aos direitos das pessoas com deficiência junto às empresas jornalísticas brasileiras, visando a contratação de jornalistas com deficiência.
3. Que a FENAJ crie um Grupo de Trabalho para elaborar uma lista de instituições brasileiras consideradas qualificadas no campo das deficiências, com as quais os sindicatos de jornalistas profissionais poderão estabelecer convênios ou parcerias para obter suporte técnico e teórico, tanto para as campanhas como para a implementação da acessibilidade nas suas instalações ou nas instalações das empresas jornalísticas.
4. Que a FENAJ e os demais sindicatos dos jornalistas brasileiros estabeleçam parceria com o Ministério Público do Trabalho para fiscalizar e encaminhar denúncias de não cumprimento das leis referentes à acessibilidade de edificações e mobiliários nas empresas jornalísticas.
5. Que a FENAJ e os demais sindicatos dos jornalistas brasileiros coloquem seus Departamentos Jurídicos à disposição dos jornalistas com deficiência para orientação e acompanhamento das demandas judiciais referentes aos seus direitos específicos no campo do direito trabalhista.
6. Que todas as atividades e materiais dos sindicatos dos jornalistas e da FENAJ sejam acessíveis a pessoas com deficiência

A Ética no Jornalismo nas Mídias Sociais

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro

JUSTIFICATIVA

O impacto tecnológico marcou profundamente a história do jornalismo afetando os processos de produção, circulação e consumo da notícia. Com isso, o jornalismo sofre constantes alterações a cada novo meio de comunicação que surge. Foi assim com o rádio, com a televisão e a internet, que abriu caminho para as mídias digitais, que permitiram que os usuários deixem de ser meros consumidores e passem a ser também produtores de informação. Os blogs e os sites de redes sociais, a exemplo do Twitter e do Facebook, estimulam a participação dos usuários na produção de conteúdo. Desta forma, circulam pela internet não apenas as informações veiculadas pela imprensa formal, mas também, o conteúdo produzido pelos usuários destas redes o que gera uma infinidade de informações no ciberespaço.

Há que se considerar, também, o WikiLeaks que, segundo o professor Rogério Christofolletti, é “o maior fator potencialmente transformador do jornalismo nos últimos anos”. Ele aponta as mudanças que vêm ocorrendo nas relações entre fontes e jornalistas, na técnica e na ética jornalística. Por tudo isso, o papel do jornalista é colocado em xeque e os valores jornalísticos como a credibilidade e a exatidão têm sua importância redobrada com a emergência das redes sociais na internet e das tecnologias digitais, uma vez que é preciso haver um “filtro” das notícias confiáveis.

Ao mesmo tempo, os mercados econômicos assistem à progressiva concentração de empresas nessa área, fato que tende a dar nova face à indústria com a convergência entre telecomunicações e mídia – sem falar no nascimento de empresas que inventam novas maneiras de comunicar, criam nichos inéditos de mercados ou os abocanham das empresas tradicionais. As transformações edificam uma indústria diferente, uma nova mídia. Esse movimento exige a rediscussão da ética nas comunicações e no jornalismo. Exige, também, uma compreensão mais ampla desses fenômenos para entender, inclusive, como essas empresas tratam a ética. Obriga a um aprofundamento da questão moral na mídia. Em paralelo, sobrevive na formação do comunicador, do jornalista, um vácuo no que toca à ética e à moral na perspectiva da história do conhecimento, vácuo que necessita ser preenchido para um conhecimento abrangente da comunicação.

Assim, há que se considerar a importância desses valores jornalísticos a partir de notícias que circulam no ciberespaço, mais especificamente, nas redes sociais, promovendo ampla discussão da ética no jornalismo produzido e o mercado de trabalho para os jornalistas que atuam nas empresas que ‘vendem’ notícias nas mídias sociais. Considerando que há necessidade de refletir sobre as mudanças nas relações entre fontes, jornalistas e atores não propriamente jornalísticos.

No artigo “Jornalismo pós-Wikileaks: Deontologia em Tempos de Vazamentos Globais de Informação”, os autores Rogério Cristofolletti e Cândida de Oliveira (www.contemporanea.poscom.ufba.br), discutem a emergência de novas condições de operação para os jornalistas com o surgimento do Wikileaks como o maior fator potencialmente transformador do jornalismo nos últimos anos. Questionam os parentescos entre o WikiLeaks e o jornalismo e propõem uma reflexão sobre as mudanças nas relações entre fontes, jornalistas e atores não propriamente jornalísticos; sobre as mudanças na técnica e na ética jornalística; sobre provocações ético-profissionais que o

WikiLeaks traz para o jornalismo. Sinalizam ainda que “o WikiLeaks – exemplo exuberante do cruzamento e conformação entre a ética hacker e a deontologia jornalística – inaugura uma tendência crescente e irreversível de parceiras que podem auxiliar no processo de desvendamento de informações de interesse público”.

DELIBERAÇÕES

1. Que a FENAJ e aos demais sindicatos a formação de um Grupo de Trabalho para elaborar publicação/manual/ações/ferramentas de web e outras iniciativas de Ética no Jornalismo das Mídias Sociais.
2. Que a Comissão Nacional de Ética motive as Comissões de Ética dos Sindicatos a realizarem Seminários sobre a Ética dos Jornalistas, com objetivo de promover amplo debate sobre a ética dos jornalistas que atuam nos meios digitais, ressaltando o papel do jornalista quanto a sua responsabilidade e seus valores, a credibilidade, a exatidão e a isenção nas novas mídias, entre outros. Os citados seminários municipais/estaduais devem subsidiar a realização de Seminário Nacional sobre a Ética dos Jornalistas Brasileiros a ser promovido pela FENAJ em parceria com os sindicatos dos jornalistas brasileiros.
3. Que a Comissão Nacional de Ética e as Comissões de Ética dos sindicatos dos jornalistas brasileiros promovam palestras nas instituições de ensino do jornalismo para estudantes de jornalismo e professores para ressaltar a importância da ética no jornalismo, e promover a divulgação do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e do Manual de Ética no Jornalismo das Mídias Sociais, ora proposto.

Jornalismo Ambiental: cada vez mais necessário nas redações dos jornais, rádios, TVs e mídias sociais

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro

JUSTIFICATIVA

O meio ambiente sempre fez parte, de uma forma ou de outra, do dia a dia das redações de jornais, impressos ou audiovisuais, rádio e televisão. Porém, com a degradação do meio ambiente, a partir do acelerado processo de industrialização no século XX, o tema começou a ganhar espaço. A partir dos anos 50, a questão ambiental tornou-se uma preocupação mundial, principalmente com o debate estabelecido em torno do uso da energia nuclear, advinda da explosão da bomba atômica no Japão, no final da Segunda Grande Guerra Mundial e suas nefastas consequências.

Em 1972, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu como causa das crises mundiais o desequilíbrio entre a pobreza dos países do Hemisfério Sul e o consumismo dos países do Norte, de forma insustentável. A Comissão recomendou então a realização de uma conferência sobre o tema, que foi a Rio- 92, ou ECO- 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde 179 países assinaram compromissos, entre eles com a Agenda 21, que preconiza o desenvolvimento sustentável, baseado no tripé – econômico, social e ambiental.

Realizada em 2012, a Rio + 20 foi mais adiante, focando particularmente os recursos hídricos. Num país como o Brasil que detém cerca de 12% da água doce do planeta, especialmente na Bacia Amazônica, o tema se tornou estratégico. Calcula-se que a água vai valer, em futuro próximo, muito mais que o petróleo. Sem falar na escassez de água que já produz disputas e guerras entre nações.

A Lei de Recursos Hídricos no Brasil é de 1994 e consolidou um modelo de gestão da água, sem conseguir resolver problemas crônicos como a seca no Nordeste e as enchentes nas cidades, além da ausência de saneamento básico em mais de 50% dos municípios brasileiros. Estamos nós, os jornalistas, preparados para a cobertura de eventos críticos como esses? Estamos informados quanto às políticas públicas ambientais adotadas no país? Dominamos o conceito de bacias hidrográficas e sabemos como interferir – como jornalistas e cidadãos – na gestão integrada e participativa das águas?

Os eventos críticos ambientais demandam dos jornalistas um olhar apurado para as novas pautas que se anunciam. Jornalismo ambiental é coisa séria.

E tem que ser praticado a partir de uma formação criteriosa, para que não sejamos meros repetidores de ideias alienígenas, que nos chegam através da mídia internacional, muitas vezes com viés imperialista que contraria os interesses nacionais, em termos de recursos hídricos, florestas, zonas costeiras, biodiversidade, mineração, agricultura, saúde, educação ambiental e outras pautas necessárias para o nosso desenvolvimento sustentável.

DELIBERAÇÕES

1. Apoiar as iniciativas de criação da cadeira de Jornalismo Ambiental nos Cursos de Jornalismo.

2. Divulgar as datas do calendário ambiental nacional e internacional, como o Dia Mundial da Água, Dia da Terra, Dia das Florestas, Dia da Mata Atlântica, Dia da Árvore. Dia da Biodiversidade e outras, que possam ser pautadas no cotidiano das redações, devido ao número cada vez maior de eventos comemorativos nessas datas.

3. Pauta os crimes ambientais que ocorrem em todo o país e no mundo, incluindo as ameaças, a perseguição e o assassinato de lideranças ambientais.

4. Aprofundar os links entre meio- ambiente, reforma agrária, populações indígenas, quilombolas, gênero e outras ilações possíveis, visando um enfoque inclusivo, abrangente e holístico.

5. Elaborar uma Cartilha do Jornalismo Ambiental, para nortear a prática dos jornalistas interessados no tema e unificar a linguagem básica sobre este assunto tão rico e tão encoberto nas redações

As assessorias de imprensa e a precarização do trabalho

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal

JUSTIFICATIVA

Todo o ano de 2013 e os primeiros meses de 2014 foram marcados por um cenário de total instabilidade para os jornalistas que atuam nas grandes e médias redações. Isso porque assistimos no último período uma onda de demissões em grandes empresas de comunicação, sob o argumento dos patrões da necessidade de corte de gastos e de enxugamento da folha de pagamento. Somente de março a maio de 2013, os passaralhos (jargão agressivo para as demissões em massa nos meios de comunicação) atingiram redações de grandes jornais do país, como *O Globo*, *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico* e *Folha de S. Paulo*, e a editora Abril.

Ao contrário do que pregam, no entanto, sabemos que os grandes conglomerados de comunicação seguem tendo altos lucros e aqueles que não tiveram um desempenho maior no mercado foram socorridos com verbas do governo, por meio da ajuda do BNDES. Portanto, o argumento de que é preciso fechar postos de trabalho para sobreviver não pode ser visto como a explicação plausível dessa onda de demissões. As empresas apenas seguiram a máxima do sistema capitalista: demitimos os trabalhadores com alguns anos de casa e que, portanto, recebam um salário um pouco acima da

média, para contratar outro por um salário bem abaixo da média, mas que continue produzindo tão ou mais quanto os colegas substituídos.

Essa realidade tem consequências diretas no ramo das assessorias de imprensa, setor que tem se tornado um dos principais empregadores da força de trabalho de nossa categoria. Novos e antigos profissionais, alguns por opção, mas outros por falta de espaço no mercado de trabalho, cada vez mais têm buscado exercer a atividade jornalística fora das redações tradicionais. Nesse sentido, as assessorias de imprensa têm se fortalecido como uma oportunidade para jornalistas se manterem no mercado de trabalho. São empresas, órgãos públicos, entidades do terceiro setor e parlamentares que buscam o apoio especializado para a produção de conteúdo para seus públicos.

Podemos dizer, portanto, que essa onda de demissão nas empresas de comunicação anuncia a reconfiguração da prática do jornalismo no Brasil? Mesmo que ainda não tenhamos a resposta certa para este questionamento, sabemos, por outro lado, que essa realidade exige da FENAJ, dos sindicatos de base, dos pesquisadores e de nós, trabalhadores, mais debate e reflexão sobre em quais condições os profissionais estão sendo contratados pelas assessorias.

Ao mesmo tempo que oferece oportunidades a nossa categoria, o setor de assessoria é responsável por forte precarização do trabalho de jornalistas. A informalidade do setor, fortalecida pela ideia de um suposto e arriscado empreendedorismo, se aproveita da grande oferta de força de trabalho e dos baixos salários da categoria para se expandir e se tornar quase como normal e corriqueiro o que deveria ser condenado. Em outros casos, mesmo onde há a relação formal entre patrão e empregado, o vínculo do jornalista com a empresa é feito por meio de contratos precários, onde muitas vezes o trabalhador cumpre jornada excessiva e acumula funções (faz contatos com a imprensa, apura, redige, edita, diagrama e fotografa).

DELIBERAÇÕES

Nesse cenário de intensificação do ataque aos direitos dos trabalhadores, um dos maiores desafios dos sindicatos e da FENAJ é desenvolver ações que combatam, definitivamente, a exploração dos jornalistas de todos os setores, e nesse caso em especial dos que trabalham nas assessorias de comunicação. Por isso, decidimos:

1. Convenção coletiva para todos os assessores de imprensa, respeitando a jornada de 5 horas:

- Que a FENAJ coordene uma campanha nacional, juntamente com todos os sindicatos, para o fechamento de convenção coletiva para os assessores de imprensa com o Sinco e outras entidades patronais, que respeite os direitos já conquistados, como a jornada de 5 horas, e avance em outros;
- Construir negociação política com centrais sindicais, ONGs e conselhos de regulamentação profissional para garantir os direitos dos jornalistas que trabalham nessas entidades;

2. Combate à precarização:

- Atuar contra a precarização dos contratos de trabalho pelas empresas de assessoria, impedindo fraudes como “pejotização”, terceirização e a modalidade sócio-cotista e consultorias;
- Lutar contra o acúmulo de funções do jornalista assessor de imprensa, promovendo uma Semana Nacional de Luta dos assessores de imprensa, coordenada pela FENAJ, visando o combate à precarização;
- A FENAJ deve lutar, juntamente com seus sindicatos de base e outras entidades sindicais de trabalhadores, contra o PL 4330/04, que regulamenta a prática da terceirização, e quaisquer outras propostas que flexibilizem as relações de trabalho.

Assessoria e Imprensa no Serviço Público

Proponente: Sindicato dos Jornalistas de Sergipe

JUSTIFICATIVA

Assim como a FENAJ, o Sindicato dos Jornalistas de Segipe (SINDIJOR–SE) tem afirmado e defendido que a função de Assessor de Imprensa é privativa de jornalista. Para o SINDIJOR–SE, a natureza da atividade profissional do jornalista de redação é a mesma do jornalista assessor de imprensa. Uma das principais críticas dos colegas assessores de imprensa está relacionada à extensiva carga horária, em muitos casos, ultrapassando até às 8h por dia. Em sendo este profissional jornalista e sendo a Assessoria de Imprensa uma das funções de nossa profissão, é preciso rever a carga horária do assessor de imprensa. Esta função não pode ser confundida com cargo de confiança, mas reconhecida como uma função de jornalista, assim como as funções de Repórter, Redator, Editor, e etc.

DELIBERAÇÕES

1. Que a FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas adotem medidas para que o Assessor de Imprensa seja obrigado a cumprir apenas a carga horária estabelecida em nossa regulamentação profissional (5h diárias).
2. Que a FENAJ faça companhia junto aos sindicatos para combate ao desvio de função jornalística do Serviço Público.

Aposentadoria especial para jornalistas de imagens

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal

JUSTIFICATIVA

A mudança nas regras trabalhistas no Brasil vem prejudicando dos direitos dos trabalhadores, tirando conquistas importantes. No caso da aposentadoria especial para a categoria, que estava Consolidada nas Leis Trabalhistas (CLT), até o ano de 1997, a retirada têm impactado diretamente as relações e a qualidade de vida.

A criação do Projeto de Lei (PL) 6781/2010, de autoria do Deputado Marco Maia (PT/RS), vem trazer de volta a possibilidade de criar condições especiais de trabalho e aposentadoria especial para fotógrafos, repórter cinematográficos, cinegrafistas, auxiliares e outros trabalhadores contratados por empresas de comunicação que, no desempenho de sua função, tenham que se deslocar carregando equipamentos ou mantê-los sobre os ombros.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e os Sindicatos da categoria no Brasil devem atuar como protagonistas junto ao Congresso Nacional para aprovação imediata da urgência e do PL, que foi batizado com o nome do *repórter cinematográfico Santiago Andrade* pelo próprio presidente da Câmara dos Deputados Henrique Alves e pelos líderes partidários.

DELIBERAÇÕES

1. A FENAJ e os Sindicatos devem pressionar os parlamentares para que votem o PL da aposentadoria especial em regime de urgência, no Congresso Nacional, ainda no primeiro semestre de 2014.
2. A FENAJ e os Sindicatos devem desenvolver campanha de convencimento junto aos líderes e parlamentares a necessidade de devolver as condições de aposentadoria especial a esta parcela dos trabalhadores na comunicação.
3. A FENAJ e os Sindicatos devem incluir o PL nas propostas de melhoria das condições de trabalho e vida dos Jornalistas.
4. A FENAJ e os Sindicatos devem continuar a lutar para que uma vez aprovado para uma parcela da categoria o benefício seja estendido aos demais trabalhadores da área.
5. Os Sindicatos devem atuar junto à categoria para apresentar laudos de trabalhadores com lesões na coluna, ombro e olhos adquiridas ao longo do exercício da profissão para provar e caracterizar a necessidade da aposentadoria especial junto ao INSS.
6. A FENAJ e os Sindicatos devem desenvolver uma campanha de divulgação e conscientização do Projeto junto à categoria.

Campanha pelo correto repasse da Contribuição Sindical

Proponente: Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais

JUSTIFICATIVA

A contribuição sindical – prevista na legislação federal, nos artigos 578 a 610 da CLT – é paga pelo trabalhador uma vez no ano e corresponde a um dia normal de trabalho, sem inclusão de horas extras, sempre no mês de março.

A legislação estabelece que os recursos da contribuição sindical sejam distribuídos da seguinte forma: 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 20% para a chamada “conta especial emprego e salário”, administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Vale ressaltar que no caso dos jornalistas, por se constituírem em categoria diferenciada e, portanto, onde quer que trabalhem serão sempre jornalistas – independentemente da nomenclatura dos cargos que ocupem – com regulamentação profissional própria, a Contribuição deve ser repassada aos respectivos sindicatos.

Alerta-se, porém, que algumas organizações descontam a contribuição sindical dos jornalistas – como estabelece a legislação – e não a repassam para as entidades da categoria de jornalistas, beneficiando outros sindicatos.

Isso ocorre, principalmente, com os jornalistas que trabalham em Assessorias de Imprensa, que têm a Contribuição Sindical descontada, mas

cujo valor não se destina ao sindicato da categoria, indo parar em sindicatos de outras categorias de trabalhadores da organização.

Nesse sentido:

Como forma de contribuir na manutenção e fortalecimento da luta sindical para que haja:

Maior consciência dos jornalistas quanto à destinação correta do Imposto Sindical que é recolhido em sua folha de pagamento.

Maior responsabilidade dos empregadores no correto repasse da Contribuição Sindical recolhida.

DELIBERAÇÕES

1. Uma campanha nacional de alerta e conscientização dos jornalistas quanto a importância da cobrança da Contribuição Sindical e destinação correta aos sindicatos da categoria para sua manutenção e fortalecimento.
2. Campanha de esclarecimento aos empregadores para que o recurso seja repassado aos Sindicatos dos Jornalistas, sob pena de estarem infringindo a lei, sendo passíveis de serem denunciados

TESE AVULSA 15

Corrigir as distorções na proporção

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal

JUSTIFICATIVA

A proporção entre sindicalizados em dia e delegados ao Congresso da FENAJ cria inúmeras distorções na representatividade das delegações. Um sindicato com menos de 50 jornalistas em dia tem direito a levar quatro delegados, enquanto um com quase mil jornalistas em dia pode levar apenas um delegado a mais: cinco.

O Congresso deve sim garantir a presença de todas as bases hoje organizadas em sindicatos. Mas a proporção gera uma distorção que precisa ser corrigida. A tese atual não vem propor uma definição detalhada, mas remeter o debate para que possa ser feito com todos os sindicatos no Conselho de Representantes. Mas é preciso que sejam criados mais níveis de modo a não perpetuar essas distorções.

DELIBERAÇÕES

1. A FENAJ e os Sindicatos devem discutir a revisão da proporção para os delegados ao Congresso da Federação. Esse debate deve ser levado a cada sindicato e ser amadurecido no Conselho de Representantes para que uma nova proporção já seja utilizada no próximo Congresso.
2. A proposta deve ter como base o aumento dos níveis de diferenciação do número de delegados.

Encontros de Jornalistas de Imagem Estaduais e Nacional

Proponente: Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul

JUSTIFICATIVA

Passaram-se 14catorze anos desde o 1º Encontro Nacional de Jornalistas de Imagem (ENJI), que aconteceu na Bahia, em 2000. Nesse tempo, muito pouco se avançou nas questões do segmento, principalmente no que diz respeito a organização destes profissionais, sendo que muitos estados sequer conseguiram criar departamentos, núcleos ou comissões dos mesmos. Em contrapartida, a imagem tomou novas dimensões na área do jornalismo. Com a chegada das novas plataformas, o próprio jornalismo vem sofrendo transformações e a imagem, talvez, seja uma das principais responsáveis por essa transformação.

O 5º e último ENJI aconteceu no ano de 2012, em Rio Branco (AC), como atividade integrante do 35º Congresso Nacional do Jornalistas. O encontro teve duração de quatro horas, sendo que apenas 1h15min para discussão do temário. Mesmo com tão pouco tempo foram aprovadas dez propostas pela plenária e, infelizmente, nenhuma posta em prática até hoje.

O 36º Congresso dos Jornalistas não realizará o 6º ENJI, ficando assim no mínimo quatro anos sem que os jornalistas de imagem tenham um fórum de debates.

O segmento dos Jornalistas de Imagens precisa de um fórum específico, periódico e com duração suficiente para discussão dos assuntos relacionados à profissão. Esses assuntos são de extrema importância para o segmento e para o jornalismo.

Tais como:

- Comunicação e organização, em nível estadual e nacional, para fortalecer o Departamento de Mobilização dos Jornalistas de Imagem da FENAJ;
- Constituição de departamentos, comissões ou núcleos de jornalistas de imagens em todos os sindicatos.
- Concursos públicos com oferta de cargos específicos para jornalistas de imagem.
- Discutir o Código Nacional de Ética dos Jornalistas e, se for caso, sugerir para que, na sua próxima reformulação/atualização, sejam incluídos temas específicos de imagens.
- As relações e conflitos com o Fotógrafo Profissional, profissão que está sendo regulamentada através do PL 2176/11.
- As relações com entidades da área, como ARFOC e APIJOR.

DELIBERAÇÕES

1. Instituir oficialmente Encontros de Jornalistas de Imagem Estaduais e Nacional.
2. Que os encontros estaduais e nacional sejam no formato de fórum, sem caráter deliberativo.

Os Sindicatos de Jornalistas e a FENAJ devem ampliar e aprofundar a luta pelos direitos autorais

Proponente: Sindicato dos Jornalistas de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Em assembleia realizada em Brasília, no dia 16 de março de 2013, logo em seguida ao encerramento da reunião do Conselho de Representantes da FENAJ e com a presença de representantes de vários Sindicatos estaduais e regionais, o presidente da Federação Celso Schröder exortou a própria direção da FENAJ e os Sindicatos de base a assumirem com mais afinco a tarefa de complementar, difundir e apoiar o trabalho da Apijor, fortalecendo-a e atuando de forma conjunta, para que os jornalistas brasileiros possam receber os direitos autorais aos quais têm direito assegurado por lei.

A fala do presidente da FENAJ reforçou argumentação apresentada na reunião do Conselho de Representantes por ocasião do convite que a direção da Apijor fez aos conselheiros para que participassem da assembleia que se realizaria em seguida.

Formada por representantes de oito Sindicatos de base após o Congresso dos Jornalistas de Salvador, em 2000, a Apijor tem mantido desde então uma atuação voltada para a defesa dos interesses dos jornalistas, principalmente no terreno jurídico, como demonstram os dados relativos a uma centena de ações na justiça movidas em defesa dos jornalistas autores (*).

Um ano depois de sua fundação, em uma reunião com a presença de advogados e dirigentes de vários sindicatos, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, foi traçada a estratégia de ação que a entidade adota até o momento: acumular vitórias na justiça e obter uma jurisprudência favorável para poder acionar, com chances reais de sucesso, as grandes corporações jornalísticas brasileiras que obrigam os jornalistas a assinarem contratos em que abrem mão de seus direitos autorais para poderem trabalhar, assim como as empresas e bancos de material jornalístico (textos, fotos e vídeos) que comercializam a produção dos jornalistas sem que estes recebam nada por isso.

Está na hora de os jornalistas voltarem a debater a estratégia traçada naquela ocasião, à luz dos resultados obtidos, assim como dos novos desafios, como a Lei 12853/13, que coloca as empresas de radiodifusão como “titulares originárias” das obras, junto com os autores, o que contraria todo o espírito da legislação brasileira e dos acordos internacionais assinados pelo país que reservam exclusivamente ao autor tal característica de detentor dos direitos originários (o princípio da legislação brasileira e de todo o direito romano é que apenas a pessoa física possa ser considerada autora, jamais uma empresa ou instituição).

() Na página da Apijor na Internet podem ser consultados resumos de vários processos movidos por jornalistas (Súmula Jurídica/Jurisprudências/Sentenças e Pareceres), assim como as campanhas que a entidade promove e a Cartilha sobre os Direitos Autorais dos Jornalistas brasileiros, com orientações aos jornalistas. Os dados existentes na página www.autor.org.br sobre os processos jurídicos são exclusivamente para os processos movidos em São Paulo, embora haja processos de jornalistas em vários outros estados. A direção da Apijor é constituída por Adalberto Diniz (RJ) – Presidente; Fred Ghedini (SP) – Secretário e Sonia Regina Gomes (RJ) – Tesoureira.*

DELIBERAÇÃO

O 36º Congresso Nacional dos Jornalistas conclama os Sindicatos e a FENAJ a fortalecerem a Apijor com iniciativas concretas, no interesse do conjunto dos jornalistas brasileiros e a partir do entendimento de que Jornalista é Autor, como defende o presidente emérito da Apijor, Paulo Cannabrava Filho.

Escolha de sindicato para sediar eventos nacionais da FENAJ

Proponente: Sindicato dos Jornalistas de Goiás

JUSTIFICATIVA

Historicamente, o processo de escolha do sindicato que vai sediar os eventos nacionais da FENAJ, sejam eles os Congressos Nacionais da categoria ou os Encontros Nacionais de Jornalistas em Assessoria de Imprensa, se dá dentro do próprio evento, durante a sua plenária final, com aprovação dos delegados.

É bem verdade que, entre um evento e outro, há um espaço de tempo de pouco menos de dois anos. Em tese, um período mais do que suficiente para que o sindicato escolhido como sede do futuro evento desenvolva todas as ações necessárias para a sua realização.

Contudo, nos últimos anos, temos assistido a algumas situações preocupantes, que devem despertar toda a atenção dos dirigentes sindicais – da FENAJ e dos Sindicatos a ela filiados.

Não raro, e com honrosas exceções, o sindicato que apresenta sua candidatura para sediar o Congresso ou o ENJAI, chega à plenária tão-somente com a disposição de promover o evento. Não há um projeto que mostre claramente a capacidade de viabilização financeira do encontro e, muitas vezes, sem o total comprometimento da diretoria do sindicato em assumir tal responsabilidade.

É uma situação que durante a plenária não é discutida – e, às vezes, a aprovação se dá quase que por aclamação –, mas que, no futuro, trará, como tem trazido, problemas das mais diversas ordens: com dívidas por falta de repasse da verba acertada com os patrocinadores ou mesmo por insuficiência de patrocínio.

Diante disso, a conclusão é uma só, e não poderia ser outra: é preciso mudar os critérios de escolha dos sindicatos que desejam sediar um evento nacional da categoria.

DELIBERAÇÕES

1. A escolha do sindicato que pretende sediar eventos nacionais da FENAJ continuará sendo votada na plenária final, precedida de apreciação dos projetos proponentes na reunião anual do Conselho de Representantes da Federação.

2. A Diretoria da FENAJ, a partir do final do Congresso/ENJAI, abrirá prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos para que os sindicatos interessados apresentem suas candidaturas, com o devido projeto de viabilização financeira do evento.

3. No projeto devem constar formas de financiamento, carta de intenção de patrocínio assinada pelo responsável pela empresa/governo patrocinador, formas de pagamento, levantamento de custos com hospedagem, alimentação e demais custos inerentes ao evento.

5. Encerrado esse prazo, os projetos apresentados serão analisados pela Direção da FENAJ, que emitirá parecer sobre cada processo e o remeterá a todos os sindicatos, a fim de que baseiem suas decisões no Conselho de Representantes.

MOÇÕES APROVADAS

16 assinaturas

Aprovada

(P)

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES

Nós, jornalistas brasileiros, reunidos no nosso 36º Congresso Nacional, vimos parabenizar as direções do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas e da Federação Nacional dos Jornalistas pela organização e realização deste que, com certeza, foi um dos melhores eventos nacionais dos jornalistas. A qualidade dos debates e o tratamento dispensado a delegados e observadores merecem a congratulação de todos nós.

1. *[Handwritten signature]* (GO)
2. Valci Zwioto - SC
3. Maria José Braga - GO
4. Marcia Regina Quintanilha - SP
5. Suzane Jorjagiba - ES
6. Ildefonso Abreu - BA
7. Lânia M. de Andrade - SC
8. ANDRÉ BASTOS *[Handwritten signature]* - RIO DE JANEIRO/RJ (MUNICÍPIO)
9. *[Handwritten signature]* - RJ
10. Jely Cunha - Simão - PA
11. Linete Braz Martins - SJSC *[Handwritten signature]*
12. Valmor Fritsche - SC *[Handwritten signature]*
13. Conlata de Aleneri medeiros *[Handwritten signature]*
14. Clelia Telli Cardini *[Handwritten signature]* Telli
15. Raul Mosquiza - CE
16. *[Handwritten signature]* EVILAZO BELENA - COCANA


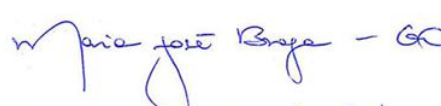




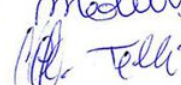

16 assin.

Aprovada

(2)

MOÇÃO DE DESAGRAVO

Nós, jornalistas brasileiros, reunidos em nosso 36º Congresso Nacional, tornamos público nosso desagravo à companheira Valdice Gomes, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas, pelas insinuações desrespeitosas que foram deferidas contra ela. O histórico de luta de Valdice Gomes e seu comprometimento com as lutas da categoria nos dão a certeza de que nem ela, nem o Sindicato dos Jornalistas de Alagoas, se dobrariam a quem quer que fosse para comprometer a autonomia que o Congresso teve, e sempre terá, para discutir e definir as lutas dos jornalistas brasileiros.

1.  (GO)
2. Valci Zowilo - SC
3.  - GO
4. MARCIA R. PINTANILHA - SP
5. Tânia M. de Andrade - SC
6. Rafael Mesquita - CE
7. Suzana Santiago - ES
8. Marjorie Nave - BA
9. ANDREI BASTOS  - RIO DE JANEIRO/RJ (MUNICÍPIO)
10.  - RJ
11. Daely Cunha - Simon - Pará
12.  - STSC
13. Valmir Fritsche - SC 
14. Carlota de Alencar Medeiros - SC
15. Clélia Bordini Telli  Telli
16.  EUZÉBIO BEZERRA - CEALM

28 assin


Aprovada

3

SAUDAÇÃO AOS JORNALISTAS BRASILEIROS PELO DIA 7 DE ABRIL

Nós, reunidos no 36º Congresso Nacional dos Jornalistas, saudamos a partir de Maceió, Alagoas, toda a categoria pelo dia 7 de abril, Dia Nacional do Jornalista. A data é celebrada em um período especialmente conturbado para a profissão. Constatamos a falta de compromisso do governo brasileiro que chega ao final de mais um mandato apostando na aliança com o setor de telecomunicações e abrindo mão de implementar políticas públicas a partir de propostas construídas no processo democrático da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Assistimos a perigosa, porém crescente, fragilização do papel da mediação, valor tão caro à democracia moderna como um processo de retrocesso político no país. Testemunhamos as agressões à jornalistas evoluírem até seu ponto máximo no assassinato do repórter cinematográfico da TV Bandeirantes Santiago Andrade. Mas a cada golpe contra os jornalistas, o jornalismo e a democracia na comunicação e no país, nossa resposta tem sido a luta. Apontamos para a unidade da categoria na luta contra a violência, por melhores condições de trabalho, por mais regulamentação profissional e pelo aprofundamento dos valores democráticos na sociedade brasileira, como a principal forma de transformar essa realidade. Por fim, convocamos todos os colegas que ainda não se somaram aos quadros da organização sindical da categoria a aproveitarem o Dia Nacional do Jornalista para fazê-lo.

VIVA O DIA NACIONAL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS

- 1  (60)
- 2 ANDRÉ BASTOS - MUN. DO RIO DE JANEIRO
- 3 Paulo Zocchetti - SP
- 4 Suzane Santiago - ES
- 5 Jânia M. de Andrade - SC
- 6 Maria Regina Printimilho - SP
- 7 Valci Zucaloto - SC
- 8 Maria José Braga - GO
- 9 José Inácio - RS
- 10 Bruno Peruci de Paiva - RN
- 11 Celso A. S. de A. - RS

12. Milton Simas - RS
13. Waldemar de Faria - AL
14. Ayoub H. Ayoub - SIND. JOV. LONDRINA
15. Walirka Fernandes - sind. jornalistas DF
16. Mário Messias ~~de~~ ~~Paulo~~ - SSPR
17. Rafael Urquiza - CF
18. Moisés Corrêas Santos - (PARANÁ)
19. Auxiliadora de Araújo Freire Tupinambá - (AMAZONAS)
20. Edivaldo Antonio de Almeida - SP
21. Denyse Oliveira Mexópulos - Amapá/AP
22. Marcos Urubé - DF
23. Gustavo H. Viana - PR
24. Manoel Ramires - PR
25. Valmon Fritseth - SC *Jip*
26. Robinson Estevásulas ~~Estevásulas~~ RS
27. Marcia Cavallaro - RS
28. Wanderly Jozerson - DF

21 assin

Aprovada

(4)

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados do Amazonas reunidos no 36º Congresso Nacional dos Jornalistas, na cidade de Maceió (AL) denunciam os atos de violência praticados pelas Policias Civil e Militar do Estado do Amazonas contra jornalistas e outros profissionais de comunicação, no exercício de suas atividades de trabalho.

No dia 27 de fevereiro, o repórter cinematográfico, Jackson Rodrigues, da Band Amazonas, foi agredido fisicamente e preso, de forma arbitrária, por policiais militares, quando iniciava a cobertura de um duplo homicídio. Um mês depois, o radialista Marcos Pontes, da Rede Tiradentes/CBN Manaus, teve o telefone grampeado por quatro meses, durante a produção de reportagem sobre pedofilia envolvendo empresários e políticos amazonenses. O profissional acabou indiciado no processo que investiga as atividades de uma rede de pedofilia e exploração sexual de adolescentes, acusado de cometer crimes de calúnia e difamação contra a delegada que presidia o inquérito.

Contra esses atos de abuso da autoridade e de agressão ao livre exercício da profissão, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas (SJP/AM) emitiu nota pública condenando a prática e se solidarizando com os trabalhadores que tiveram seus direitos violados.

Em nome da liberdade de imprensa e das liberdades individuais assistidas pela Constituição Federal, nós delegados do Amazonas pedimos à aprovação de **MOÇÃO DE REPÚDIO** as praticas de violência, contra os trabalhadores da comunicação, cometidas pelas autoridades policiais do Amazonas.

Maceió, 5 de abril de 2014

- 1 Auxiliadora de Araújo Jorge tupinambá - *Auxiliadora Tupinambá*
- 2 Yano Sérgio Delgado Gomes - *Yano Sérgio Delgado Gomes*
- 3 Wilson Carlos Braga Reis - *Wilson Reis*
- 4 José Nunes - RS
- 5 José Umede - PA (Londrina)
- 6 Sérgio Aldieri - RJ (Niterói)
- 7 *[assinatura]* - SP (Léo)
- 8 *[assinatura]* - PR (Paraná)

- 9 ANDREI BASTOS ~~AD~~ - MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
- 10 Denyse Quintas Mascópulos - Amapá / AP
- 11 Manoel Ramires - PR
- 12 Gustavo A. Vidal - RN
- 13 Manoel Wunil - DF
- 14 Alo A. - ~~DF~~
- 15 Bruno Pereira de Paiva - RN
- 16 Antonio Moreira de Lima ES
- 17 MILTON SIMAS - RS
- 18 Marjorie Naves - BA
- 19 PAULO Zocetti - SP
- 20 Clélia Telli Cardini - SP
- 21 SILVIA VACIM - PR

Paulo Zocetti - SP (mirrored)

10 assin.

Aprovada 5

Moção de Solidariedade

O 36º Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais aprova Moção de Solidariedade ao jornalista Astrogildo Milagres, do jornal A Folha, do Município de Santo Antônio de Pádua, no Noroeste Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, que vem sofrendo ameaças em redes sociais e pessoalmente por ter promovido em sua casa uma recepção a médicos cubanos que chegaram à cidade para se incorporar ao Programa Mais Médicos. Astrogildo, um profissional da imprensa,* defensor das causas populares, já responde a inúmeros processos de autoridades da Região que se sentem incomodadas por sua linha editorial em defesa da população menos favorecida.

jornalista diplomado com mais de 30 anos de profissão.

Plenária final de 5 de abril de 2014

- Presidente - ~~Carlos Alberto~~ - SINDICATO DOS JORNALISTAS
PROFISSIONAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- 2 JOSÉ NUNES - RS
 - 3 ~~Diana~~ - DULCE TOPY - (SSP RJ)
 - 4 Laurence Meloletto Alves - GO
 - 5 Ulho Aníades
 - 6 Breno Costa
 - 8 Miral de Santos - SE
 - 9 Paulo Roberto Ferreira - PA
 10. Paulo Sousa - SINDICATO - SE

Moção de Apoio

59 assin.

Aprovada (7)

Os jornalistas do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas do Paraná manifestam apoio à jornalista Silvia Valim e repúdio à Rádio e Televisão Educativa do Paraná que, como outras emissoras públicas do país, vêm mantendo um comportamento inerte em relação à contratação de novos profissionais. A RTVE trata seus funcionários com liberdade de imprensa restrita e mantém dois únicos métodos de contratação: cargo comissionado e cachê.

Contratada nesta última opção, a referida jornalista trabalhou nos últimos seis meses sem registro, sem hora extra, sem adicional de periculosidade por submeter-se à viagens, e sem qualquer benefício ou bonificação como recompensa à falta de remuneração adequada em horas estendidas, entre outros assédios morais vividos também em inúmeras outras redações. Sendo julgada durante todo o tempo de casa pela própria direção de jornalismo como excelente profissional, como testemunharam os antigos colegas de trabalho, a jornalista foi demitida às vésperas de viajar para este encontro promovido pela FENAJ em Maceió-AL, para o qual foi eleita delegada pelo Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

Sem justificativa e apenas com a certeza de que não foi por motivo profissional, como lhe foi informado no ato da demissão, a jornalista sai da tv pública do Estado do Paraná sem rescisão de contrato, seguro-desemprego, ou qualquer indenização por tempo trabalhado. Em conformidade, pela maioria esmagadora de jornalistas deste Congresso, entre outros, de que essa demissão não tem outro cunho, senão político, manifestamos apoio à jornalista Silvia Valim e reiteramos ainda a necessidade urgente da abertura de concursos públicos que respeitem o profissional.

Maceió, 03 de abril de 2014.

- 1 SINDICATO DOS JORNALISTAS DO PARANÁ
Wanderlei Pozzer Sen. SFPDF
- 2
- 3 Ayoub H. Ayoub - SIND. JORNALISTAS LONDRINA
- 4 Confiança - SIND. JORNALISTAS do ESTADO RJ
- 5 Duda - DULCE TUM - Via do SUPERS
- 6 Myrão Fousa - Sindicato do ES do
do ano de JAVIER
- 7 O Afonso - PRESIDENTE FENAJ
- 8 - SIND. JOR. NORTE PR
- 9 VALMOR FREITSCHE - PRESIDENTE DO SJSC
- 10 Carleton de Oliveira Medeiros Relegado SC

1. Linete Brez Martins - RJ
Sindicato dos Jornalistas Profissionais (SC)
12. Claudis de Azevedo (Sindijor-Rio)
13. Bruno B. Cruz (RJ)
14. Lúcia M. de Andrade (Sind. SC.)
15. Soraia Tadagha (Sindijornalistas - ES)
16. Inês José Braga (GO)
17. Mircia Wulke - DF
18. Jones Vekete - DF
19. Elida Miranda - AL
20. José Sival Soares - Bahia
21. Manoel Ramos - Jornalistas Paraná
22. Gustavo H. Vidal - Sindijor PA
23. Paulo Roberto Ferreira - PA
24. Daniel Fonseca Lima Leite - RJ
25. Camilla Martins - RJ
26. Max André Costa - PA
27. Michele da Costa (SP)
28. Paula Márcia
29. Diamanda Meneguzzi - Jornalistas/Paraná
30. Leonor Soares Costa - DF

31. Antônio Neocles de Lima - ^{SINICATO} ES
32. ANDREI BASTOS - RJ
33. Waldicea Soares de Azevedo AL
34. Luiz Carlos de Souza (GO)
35. Robinson Estevães (RS)
36. Alvaro de Souza (PB)
37. Auxiliadora de Araújo Jorge Turpinanda (AM)
38. Elaine Aquino (AL)
39. Antônio Paulo (AM)
40. Bruno Peruci de Paula (RN)
41. Fransinete Florenzano (PA)
42. ELCIMOR NEVES (PA) - *Alvaro de*
43. Felipe Melo (PA) - Felipe Melo
44. José Roberto Jeremias (Pr.)
45. Denyse Oliveira Macêdo (AP)
46. José Daniel Franeres (PARAIBA)
47. JOSÉ RUIZ AS
48. Kerison Lopes (MG)

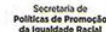
- 49 José A. Mascaro - Z - ^{ma}
 Sind. J. Prof. Norte do Pr (conduta)
- 50 Maria de São Maria - Bahia
- 51 Regina Maria Pereira - Be
- 52 Jairo Augusto de Souza SJPMG
- 3 André de Paula - SJPB
- 4 Luis Carlos Ladeira - SINDICATO (DORADOS) (ma)
- 5 Milton Simas Jr - SINDIOSRS - RIO GRANDE DO SUL
- 6 Paulo Zoloto - CJSP - SÃO PAULO
- 7 Leiza Balthazar - SINDFOR-AL
- 8 Valci Zucaloto - SYSC
- 9 Jairo Augusto de Souza - Acadêmico de
 Imprensa de Belo



25^{assin}

36^o
CONGRESSO
NACIONAL DOS
JORNALISTAS
MACEIO - AL - 2014

Approved



Moção de Repúdio

Nós, jornalistas brasileiros reunidos no 36º Congresso Nacional dos Jornalistas, em Maceió, repudiamos a agressão cometida pelo Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) à jornalista Manuela Borges durante entrevista realizada no dia 1º de abril de 2014, no Congresso Nacional Brasileiro. O parlamentar se sentiu incomodado com a pergunta realizada pela profissional e reagiu com agressões verbais, classificando-a como "idiota" e "analfabeta", e ainda, se utilizando de expedientes machistas, mencionou os atributos físicos da vítima para desqualificar o trabalho jornalístico. A tentativa de intimidar uma jornalista no exercício da profissão se caracteriza como um atentado à democracia em nosso país.

- | | |
|--|----|
| EL. <u>Dirceia Sales - Goiás</u> | 1 |
| EL. <u>Luiz Claudio Cavalcante - Goiás</u> | 2 |
| EL. <u>Felício Corrêa - São Paulo</u> | 3 |
| DEB. <u>Angélica Posti - Rio de Janeiro</u> | 4 |
| DEB. <u>Emanuelle de Araújo Vanducci - Alagoas</u> | 5 |
| DEL. <u>Blaine Oliveira - Alagoas</u> | 6 |
| DEL. <u>Leandro Barbosa de Oliveira - AL</u> | 7 |
| DEL. <u>Meliane Angélica Santos Pereira - AL</u> | 8 |
| DEL. <u>Bruno Pereira de Natal - RN</u> | 9 |
| DEL. <u>André Bastos - MUN. DE RIO DE JANEIRO</u> | 10 |
| DEL. <u>Moisés Araújo - PB</u> | 11 |

DEL. Denyse Quintas Macêdo - Amapá / AP 12

DEL. Maria Aparecida Silva de Melo - João Pessoa - PB 13

DEL. Marcos de Oly Figueira - Parnaíba 14

DEL. José Daniel Franeros - Paraíba 15

André de Carvalho - Parnaíba 16

José Nunes - RS 17

Lawrence Malet - GO 18

obsenu. Sandra Martins - RJ 19

Obs - Cláudia M. Daltro da Silva - MT 20

DEL. KERISSON LOPES - MG 21

DEL. MARCIA R. Quintanilha - SP 22

EL Edvaldo Afonso de Almeida - SP 23.

DEL. Waldemar de Faria - AL 24.

Obs. Elida Miranda - AL 25.

13 assin

Aprovado

9

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS JORNALISTAS AGREDIDOS DURANTE A GREVE DA PM DO PARÁ

Os jornalistas brasileiros, reunidos no 36º Congresso Nacional dos Jornalistas, manifestam sua solidariedade ao fotógrafo Akiro Onuma, de O Liberal, e aos repórteres da TV Liberal, Márcio Lins e Jairo Lopes, covardemente agredidos nos dias 4 e 5 de abril, respectivamente, quando faziam a cobertura jornalística da greve dos praças da PM do Pará.

A agressão contra eles violenta todos os trabalhadores da comunicação e reforça a importância de serem garantidas melhores condições de trabalho e segurança para que os jornalistas possam desenvolver o fazer jornalístico. Sempre na linha de frente na cobertura de manifestações e conflitos sociais, é raro os jornalistas contarem com equipamentos de proteção fornecidos por seus patrões. Isso precisa mudar, a segurança do trabalhador tem que ser responsabilidade de quem o contrata.

Assim, na semana em que lembramos os 50 anos do golpe militar, nos solidarizamos aos profissionais agredidos e repudiamos a agressão sofrida pelos mesmos, pois a censura, o assassinato, a tortura, a proibição do direito de greve e de manifestação, são práticas que devem ficar no passado, pois colidem frontalmente com o exercício democrático. Ao mesmo tempo, cobramos providências para que os responsáveis pela agressão sejam identificados e devidamente punidos.

Maceió, 5 de abril de 2014

- 1 Traissinete Florenzano - Para - ² Celso Schreiber - FAP
- 3 Max André Corte - PA
- 4 Ejan - PA
- 5 Paulo Roberto Figueira PS
- 6 Manoel Ramos - PR
- 7 Michele A. Costa - SP
- 8 Jairo Verônica - DF
- 9 George Costa - DF
- 10 Aluísio DF

- 11 Marcos Wende - DF
- 12 Felipe Melo - PA
- 13 Maria José Braga - GO

12 assin

MOÇÃO DE APOIO

Aprovada

10

Apoio irrestrito à Educação Inclusiva, particularmente ao texto original da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), que preconiza a inclusão das crianças com deficiência no ensino regular, com atendimento educacional especializado específico para cada deficiência no contraturno, se necessário, devido ao entendimento de que é na infância, quando não existem os preconceitos que constroem a discriminação, que o processo de inclusão tem maior efetividade.

- 1 VALMOR FRITSCHE - SC *Jus*
- 2 YANO SÉRGIO DELGADO GOMES *ff*
- 3 Auxiliadora de Araújo Jorge Tupinambá - AM
- 4 ANDREI BASTOS *B* - MUN. DO RIO DE JANEIRO
- 5 Bruno Pereira de Paiva - RN
- 6 Moisés Rodrigues *Moisés* - PB
- 7 PAULO ZOCCHI - SP
- 8 Clélia Bardini, SP *Telli*
- 9 Antônio Moreira de Lima - ES
- 10 *Continental Costa M*
- 11 MARCIA R. Quintanilha - SP
- 12 SILVIA UACIM - PR




11 assin

MOÇÃO DE APOIO

Aprovada

11

Apoio irrestrito à defesa dos direitos das pessoas com deficiência brasileiras, reconhecendo como expressão máxima desses direitos a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, promulgada no dia 25 de agosto de 2009 com equivalência de Emenda Constitucional pelo Decreto 6.949 da Presidência da República.

- 1 VALMOR FREITSCHE - SC 
- 2 YANO SÉRGIO DELGADO BOMES 
- 3 APLICADORA DE ARAUJO JORGE TUPINAMBÁ (AMAZONAS)
- 4 ANDREI BASTOS  - MUN. A RIO DE JANEIRO
- 5 Bruno Perucci de Paiva - RN
- 6 PAULO ZOCCHI - SP.
- 7 Clélia Bordin Telli SC
- 8 ANTONIO MOREIRA DE LIMA - ES
- 9 CONTINENTAL CONT - RJ
- 10 MARCIA FANTANHA - SP
- 11 Silvia Valim - PR

15 assin

12

Moção de repúdio à linha editorial da cobertura jornalística da operação militar nas favelas da Maré

Os profissionais reunidos no 36º Congresso de Jornalistas manifestam o seu repúdio à linha editorial que norteou a cobertura jornalística da operação militar nas favelas da Maré, iniciada neste domingo (30/3), na maioria das edições dos veículos impressos, virtuais e de radiodifusão das empresas do oligopólio da mídia.

Acusamos como atentado ao nosso Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, pela violação aos direitos humanos. Compreendemos como violência simbólica contra a população das favelas da Maré. Imagens da PM foram cedidas somente a veículos de radiodifusão desse oligopólio.

Denunciamos essa visão como propaganda enganosa, posta a inviabilidade da conquista da paz por meio desse fracasso histórico representado pela lógica militarizada da segurança pública, como aconteceu no Alemão.

Também verificamos a omissão de informação como outro grave atentado ao nosso Código de Ética. Não temos acesso ao outro lado da história, o necessário e democrático contraponto à versão oficial do que tem ocorrido durante a operação militar. Para mudar essa realidade, os empresários devem respeitar a cláusula de consciência, prevista no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

1. Jsi Roberto Peres - PR
2. Paula Maus - RJ
3. Paula Maiana
4. Jonas Valente - DF
5. Paulo Roberto Ferreira - PA
6. Daniel Ferreira - RJ
7. Marcos Wundt - DF
8. Gustavo H. Vitor - PA
9. DIANGELA MENGGAZZI - PR
10. Max André Costa - PA
11. Felipe Melo - PA
12. Leonor Costa - DF
13. Alexandre Oliveira - TO
14. Vagner Calderin - RJ
15. Jean Massi Pa (LPA)

32 assin

Assinado

13

Moção de repúdio

Nós, jornalistas profissionais reunidos no 36º Congresso Nacional de Jornalistas, em Maceió, repudiamos a fala preconceituosa da apresentadora Ana Maria Braga, do programa Mais Você, na Rede Globo de Televisão, na manhã do dia 3 de abril de 2014, em relação à identidade de raça e à luta por políticas afirmativas que tem se consolidado neste país, que ainda é tão contaminado pelo racismo. Quando ao mencionar o nome de uma receita de bolo denominado "Nega Maluca", utilizou tom jocoso para mencionar a possível substituição dos termos para não "ofender". O bolo passou a ser chamado "Afrodescendente portadora de distúrbio mental".

Consideramos a veiculação um retrocesso na desconstrução do processo histórico de discriminação que a cultura brasileira possui. Sabemos que o papel da comunicação é decisivo na divulgação de ideias e na criação de imagens na consciência coletiva da sociedade.

- 1 José Roberto Junius PR
 - 2 Laurence Melo - RJ - GO
 - 3 Claudia de Almeida - RJ
 - 4 Camila Martins - RJ
 - 5 Daniel Fauseta - RJ
 - 6 Alexandre Oliveira - TO
 - 7 Sionno Loureiro - TO
 - 8 Jones C. L. Vazanti - DF
 - 9 Leonor Costa - DF
 - 10 Marcos Weyler - DF
 - 11 Michele A. Costa - SP
 - 12 Gustavo H. Viana - PR
 - 13 Carol Souza - MG
 - 14 Diângela McNegazzi - PR
 - 15 K... - MG
 - 16 Antônio Vercy Júnior - TO
 - 17 Bruno Silva da Silva - AL
13.
Joselaine - DF

- 19 Carlos Henrique Silva dos Santos AL
- 20 Regina Ferreira Siqueira - BA
- 21 Michael Santos - SE
- 22 Jerônimo Vencê dos Santos - Alagoas
- 23 Paulo Roberto Ferreira - PA
- 24 Genivaldo Lima - TO
- 25 Manoel Ramires - PR
- 26 ~~Roberto~~ da Silva - AL
- 27 Márcio Sousa - RJ
- 28 Felipe Melo - PA
- 29 Max André Costa - BA
- 30 Sérgio Caldeira - RJ
- 31 José Nandi PR (LDA)

20 assin.

Aprovada

14

Moção de repúdio ao PL Antiterrorismo

Nós, jornalistas reunidos no 36º Congresso Nacional dos Jornalistas, repudiamos o PL Antiterrorismo e o uso da luta contra a violência aos jornalistas como justificativa para a proposição de políticas públicas e ações arbitrárias, como o Projeto, que tramita aceleradamente no Senado. Desde que foi apresentado Congresso Nacional, este projeto passou a ser objeto de críticas de juristas especialistas em Direito Constitucional e também de organizações de direitos humanos, por criar condições institucionais para a criminalização e a repressão armada pelo Estado aos movimentos sociais. Não podemos permitir que a morte de um profissional de comunicação, defensor dos direitos humanos por dever ético do ofício, sirva de pretexto para atentados contra a liberdade de expressão e a democracia.

- 1 José Roberto Guimarães - PR
- 2 Max André Lotu - PA
- 3 Daniel Fonseca - RJ
- 4 Anilda Martins - RJ
- 5 DIANGELA MENEZES - PR
- 6 Keissa Jones - MG
- 7 Manoel Ramires - PR
- 8 Manoel Louza - PI
- 9 Marcelo F. de A. - AL
- 10 Fernando F. de S. - RJ
- 11 ~~XXXXXXXXXXXX~~ ERIO de S. M. - RJ
12. Jones Cabrita - DF
13. Paulo Roberto Ferreira - PA
14. Marcos Wanda - DF
15. Gustavo H. Viana - PA
16. ~~DIANGELA MENEZES~~
Eliana Melo - PA

- 17 Leonora Costa — DF
- 18 Alexandre Oliveira - TO
- 19 Felipe Cláudio - RJ
- 20 José Luiz - PR (LDA)

13 assin

Aprovada


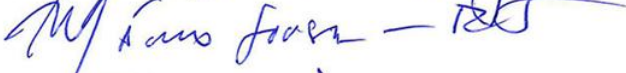


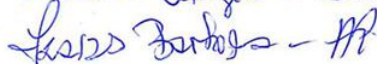


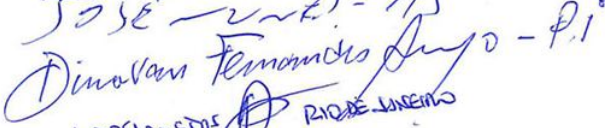

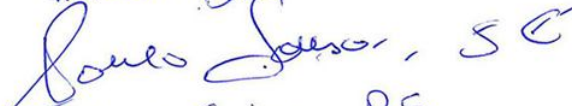

15

MOÇÃO DE APLAUSOS

Por iniciativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, a plenária do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas, aprova uma Moção de Aplauso pelo trabalho eficiente da equipe (Scyla Benchimol coordenadora, Heitor Ferreira, João Guilherm, Bruno Rodrigues, Vadja Moura, Noemi Lais, Marcos Silva, Iuri Correia) da Secretaria de Credenciamento e Recepção do Evento.

Alagoas, 5 de abril de 2014

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro

- 1  - RJ
- 2  - RJ
- 3  (CARA)
- 4  - PA
- 5 Heliane Angélica Santos Pereira (AL)
- 6  - AP
- 7  - BA
- 8  - RJ
- 9  - PI
- 10  ANDRÉ BASTOS - RIO DE JANEIRO
- 11  - SE
- 12 MILTON SIMAS - RS
- 13  (AL)

30 assin.




Amazônia

16

Os jornalistas brasileiros, presentes ao 36º Congresso Nacional dos Jornalistas, se solidarizam e manifestam todo apoio a luta do jornalista Lúcio Flávio Pinto, que enfrenta 33 processos judiciais pela sua firmeza e corajosa defesa da Amazônia, que sofre um brutal processo de grilagem e especulação de suas terras; destruição dos seus recursos naturais; e forte impacto sobre as suas populações tradicionais. Lúcio Flávio Pinto é editor do periódico alternativo "Jornal Pessoal", editado em Belém (PA) há 26 anos.

Maceió, 04 de abril de 2014

- 01 ~~Facdo Roberto Ferreira - PA~~
- 02 Michete da Costa - SP
- 03 - Max André Costa - PA
- 04 - Cássia Martins - RJ
- 05 Paula Márcia - RJ
- 06 Cláudia de Alencar - RJ
- 07 Daniel Feresca - RJ
- 08 ~~Audalinda~~
- 09 Tereza Ribeiro - AP
- 10 Franisnete Florenzano - PA
- 11 Maria José Braga - GO
- 1

- 12 Marcia Canavans - RS
- 13 Janna Dos Santos - ES
- 14 ~~Dante~~ Orlando de ~~Paula~~ ~~Paes~~
- 15 Mirallete Santos - SE
- 16 Marcos Wunpé - DF
- 17 Adriano Cruz - RN
- 18 SILVIA VALIM - PR 
- 19 Felipe Melo - PA 
- 20 ~~Transição~~ ~~Arto~~ Estado do Rio de Janeiro
- 21 Marjorie de Siqueira - Bahia
- 22 ANTONIO MOCCIONI DE LIMA = ES
- 23 Regina Ferreira - BA
- 24 Leonora Soares Costa - DF
- 25 - Manoel Ramires - PR
- 26 - Gustavo H. Vidal - PA
- 27 - DIANGELA MENEGARZI - PR
- 28 - JONAS L. L. Cavente - ES
- 29 - José Roberto Junior - PA
- 30 -  - PA

22 assin

17

Aprovado

Os jornalistas reunidos no 36º Congresso Nacional dos Jornalistas realizado em Maceió, Alagoas, vem manifestar veemente repúdio a sistemática perseguição que vem sendo empreendida por empresários do setor imobiliário das empresas Sarahyba, Patrimonial Venture e Mirel Construtora com processos por calúnia contra as pessoas físicas de um grupo de jornalistas baianos sem processar a empresa A Tarde que publicou as matérias. São alvo dos processos os repórteres Biaggio Talento, Regina Bochichio, Patrícia França Vitor Rocha, Felipe Amorim, Levi Vasconcelos, Aguirre Talento e Valmar Fontes Hupsel Filho, este réu de uma ação civil com pedido de indenização de R\$ 1 milhão. Estes empresários são responsáveis pela destruição de 200 mil metros quadrados de Mata Atlântica no município de Salvador, Bahia, nos últimos cinco anos e também processaram integrantes dos ministérios público estadual e federal, funcionários do Ibama e das secretarias estadual e municipal do meio ambiente que atuaram as atividades predatórias das referidas empresas.

- 1- Regina Maria Ferreira de Oliveira - Sinforosa - BA
- 2- Marjorie da Silva Nogueira - BA
- 3- Eder Siqueira Lima - PARÁ
- 4) Maurício Boleto - ES
- 5- Antonio Moreira de Lima ES
- 6- José Carlos - RS
- 7- Afandee de Oliveira AL
- 8- Lucio Barbosa de Oliveira - AL
- 9- Marcelino José de Almeida - AL
- 10- Rafael Mesquita - CE
- 11- Arnaldo Santos - SE
- 12- Rafael Freire Santana - PB
- 13- Suzane Jota Aguiar - ES
- 14- Valmar Fritsche - SC
- 15- Robinson Estravulac - (CRS)
- 16- MILTON SIMAS JUNIOR (CRS)
- 17- Márcia Carvalho - (RS)

- 13 Monica Lumbé - DF
- 14 Luomre Costa - DF
- 15 ~~Jun~~ - PR
- 16 Jonas Unisome - SP
- 17 Claudia de Alencar - RJ
- 18 Alexandre Oliveira - TO
- 19 Socorro Loureiro - TO
- 20 Genany Lima - TO
- 21 Diângela Menegazzi - PR
- 22 Kerison Lopes - MG
- 23 Lawrence Meleto - Anápolis - GO
- 24 João Batista - AL
- 25 Paulo Jesus - SE
- 26 Marcia Quintanilha - SP
- 27 Edvaldo Antonio de Almeida - SP
- 28 Manoel Ramos - PR
- 29 Dimo Van Fernandes - PI
- 30 Milton Simas - RS
- 31 Márcia Corvelho - RS
- 32 Márcia Guimarães - RS

13 assin

19

Aprovada.

Moção de Aplauso

Moção de Aplauso para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro pela realização do Simpósio sobre a Copa, nos dias 5 e 6 de maio, em Niterói, tendo como temas debates, entre outros: "A Ditadura Militar e as Copas do Mundo", "Racismo: como acabar com este mal?", "Os impactos sócios-ambientais dos grandes eventos esportivos"

Plenária final dia 05 de abril 2014.

- 1 Paulo Jesus - Sindicato de
- 2 Paula Márcia - Sindicato do Estado do Rio de Janeiro
- 3 ~~Paulo Jesus~~ - RJ
- 4 ~~Paulo Jesus~~ - RJ
- 5 ~~Paulo Jesus~~ - PA
- 6 ~~Paulo Jesus~~ - AL
- 7 ~~Paulo Jesus~~ - PB
- 8 José V. Mendes - RJ
- 9 Dora - DULCE TUPY (SIPERS)
- 10 Adriano Cruz - RN
- 11 Leonor Costa
- 12 ~~Paulo Jesus~~ - SE
- 13 Paulo J. Ferreira - PA

PRÓXIMO CONGRESSO

O 37º Congresso Nacional dos Jornalistas será realizado em Goiânia (GO), em 2016.

Na sequência, os trabalhos do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas foram encerrados com a participação dos presidentes da FENAJ, da FIJ e do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas.

LUIZ SPADA

Presidente

TÂNIA MACHADO

Vice-Presidente

AYOUB HANNA AYOUB

Secretário

SUZANA TATAGIBA

Secretária de Atas

RAFAEL MESQUITA

Secretário de Atas